Município
Palmela
Assembleia Municipal

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Palmela
Realizada no dia 27 de abril de 2022
Ata N.º 08

No dia vinte e sete de abril de dois mil e vinte e dois, pelas vinte horas e quarenta e três minutos, no auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Palmela, sendo a mesma transmitida simultaneamente via internet, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

PONTO DOIS – Prestação de Contas 2021;

PONTO TRÊS – Desafetação do domínio privado municipal e afetação ao domínio público municipal de parcela de terreno no loteamento L-11/99;

PONTO QUATRO – Acordo para a transferência de Passagem Superior Pedonal ao PK 18+856 da Linha do Sul.

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sr. José Carlos Matias de Sousa, pela Primeira Secretária Sra. Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa e Segunda Secretária, Sra. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Joaquim Pereira Pires;
- Sra. Ana Filipa Carvalho Gomes de Almeida Ferreira da Costa;
- Sr. João Pedro Alves Ricardo;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura:
- Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete;
- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sr. Valentim Rodrigues Pinto;
- Sr. Ricardo José de Oliveira;
- Sr. Carlos Jorge Antunes de Almeida;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;
- Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. José Carlos Matias de Sousa;
- Sra. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques;
- Sr. João Miguel Marques da Costa;

- Sr. Ricardo Jorge de Oliveira Marques;
- Sr. Paulo Jorge da Cruz dos Santos;
- Sr. Pedro Miguel Paula Biu;
- Sra. Patricia Isabel Gaspar Valente;
- Sr. António Manuel Camacho Guerreiro Godinho;
- Sr. Jorge Manuel Cândido Mares.

Por parte do Movimento Cidadãos pelo Concelho de Palmela (MCCP):

- Sra. Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa;
- Sr. Carlos Augusto Garcias Valente;
- Sra. Inês Raquel Guarda de Garcia;
- Sr. Luis Miguel da Silva Marques.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata (PPD/PSD):

- Sr. Carlos Miguel Viegas Vitorino
- Sra. Mónica Cristina Fernandes David Toscano Piçarra;
- Sr. Emanuel António Zambujo Boieiro.

Por parte do Partido (CHEGA):

- Sr. Rui Miguel Valente;
- Sr. Pedro Miguel Duarte Barão.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE):

- Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos;

Verificou-se ainda as seguintes ausências.
Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU)

- António Manuel Caeiro Mestre;
- Cecília Maria Cordeiro de Sousa;
- Cristina Maria Palhinhas Moura;
- João Pedro Alves Ricardo.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- António Manuel Camacho Guerreiro Godinho;
- Pedro Miguel Paula Biu.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata (PPD/PSD):

- Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho;
- Sr. Vereador Luís Miguel Reizinho de Oliveira Calha;
- Sra. Vereadora Maria João Camolas Contente Caleira;
- Sr. Vereador Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão;
- Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço;
- Sra. Vereadora Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo;
- Sr. Vereador Carlos Manuel Barateiro de Sousa;
- Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro.

Iniciando os trabalhos, o **S. Presidente da Mesa** informou que:

- **Sr. António Manuel Caeiro Mestre da CDU,** justificou ausência à sessão, fazendo-se representar por **Mário Xavier Felicidade,** que se encontra presente.
- **Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa da CDU,** justificou ausência à sessão, fazendo-se representar por **Nuno Miguel dos Santos Passos** secretário do executivo.
- **Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura da CDU,** justificou ausência à sessão, por motivos pessoais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. João Manuel da Cruz,** que se encontra presente.
- **Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura da CDU,** justificou ausência à sessão, por motivos pessoais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sr. João Manuel da Cruz** que se encontra presente.
- **Sr. João Pedro Alves Ricardo da CDU,** justificou ausência à sessão, por motivos de doença, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Carlos Alberto das Neves Moço** que se encontra presente.
- **Sr. António Manuel Camacho Guerreiro Godinho do PS,** justificou ausência à sessão, por motivos de doença, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Claudia Alexandra Carvalho Sebastião dos Santos Ferro** que se encontra presente.
- **Sr. Pedro Miguel Paula Biu do PS,** justificou ausência à sessão, por motivos de pessoais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Maria Clara dos Santos Marques Félix** que se encontra presente.
- **Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim do PPD/PSD,** justificou ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Mónica Cristina Fernandes David Toscano Piçarra,** que se encontra presente.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse dos novos Membros o **Sr. João Manuel da Cruz, Carlos Alberto das Neves Moço da CDU, António Manuel Camacho Guerreiro Godinho e Pedro Miguel Paula Biu do PS e Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim do PPD/PSD,** que após juramento de honra e assinada a respetiva ata, que fica apensa à presente, foi empossado no cargo.

Solicitou o **Sr. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito boa noite a todos e todas, caríssimos membros da Assembleia Municipal de Palmela, Sr. Presidente de Câmara, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, público presente funcionários de município, quem nos acolhe e quem assiste em casa uma boa noite extensiva a todos e todas. Esta é uma Assembleia Municipal ordinária terá por isso período de antes da ordem do dia e período do público, antes porém, temos que fazer a chamada temos muitas substituições e temos algumas substituições de última hora. Da mesma maneira, teremos também não sei se uma proposta se uma moção sobre o "*25 de Abril*" que não está, nos vossos dossiers porque ainda não me chegou, mas, porque me pediram também para a incluir do MCCP - Movimento Cidadãos do Concelho de Palmela e, portanto, os serviços estão agora a tentar fotocopiar para ser distribuídos e temos depois todas essas moções que já tinham sido entregues e esta também apelo, reitero a necessidade de entre todos conseguirmos que estas propostas cheguem sempre naquele período das quarenta e oito a vinte e quatro horas antes para que possamos conseguir depois aqui enquadrar tudo o resto, vamos à chamada.

Uma nota só um requerimento que o MCCP, tinha através da mesa feito junto do Sr. Presidente de Câmara, foi o respondido e portanto, têm no vosso email, as respostas que o município fez chegar em função do requerimento que foi endereçado via mesa da Assembleia. Têm também convosco o regimento com esta capa, um agradecimento aos serviços pelo enfim, por tudo e este é o regimento que nos rege desde há duas sessões, a esta parte, sendo que só agora houve a possibilidade de fazer a respetiva entrega. Dizer-vos também neste período que reuniu a Comissão das Condecorações, às sete da tarde e tivemos ocasião de encontrar um consenso muito alargado e mesmo consenso em relação aos nomes indicados e que vão ser depois propostos em Reunião de Câmara que teremos que ratificar aqui na próxima Assembleia Municipal, próxima Assembleia Municipal que, de acordo com o que foi genericamente combinado com o Gabinete do Sr. Presidente e com o Sr. Presidente de Câmara será no dia vinte e seis de Maio, uma Assembleia Municipal extraordinária.

Retomando esta do dia vinte e sete de abril, é uma sessão ordinária e, portanto, este é o período do público em que o público pode intervir e colocar questões nomeadamente ao executivo, portanto, faz favor se alguém quiser usar da palavra.

<u>Período de Intervenção dos Munícipes</u>

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"O seu nome?"

O **Sr. Bruno Martins:**

"Boa noite a todos os presentes e a quem está a ver como ele em casa, o tema que me traz aqui hoje é o mesmo que levei à reunião de câmara no Pinhal Novo no dia dezasseis de fevereiro, portanto, eu e a minha esposa em dois mil e vinte, tínhamos um terreno na Quinta dos Farias em Pinhal Novo, um terreno com alvará de construção válido, sem qualquer observação, sem qualquer parenteses sobre a impossibilidade de construção neste mesmo terreno por falta de infraestruturas, o tema que levei no dia dezasseis de fevereiro

deste ano à reunião de Câmara, foi que não há infraestruturas feitas, portanto, sabemos que houve alguns contratempos, mas isso acaba por haver em todo o lado, o que nos disseram foi que o prazo tinha sido, portanto, prolongado, iria demorar cerca de seis meses a contar desde o início deste ano, o que, é certo é que há duas semanas, eu falei com o engenheiro responsável por esta câmara lá no local, em que ele me disse que há duas semanas, no mínimo que está mais seis meses a atrasar, portanto, está sempre seis meses a atrasado o que acontece é que da parte do meu construtor e falando agora do meu caso específico, ele prevê entregar a chave daqui a duas semanas, portanto, daqui a duas semanas a casa está habitável e eu começo a ficar preocupado, porque não consigo instalar um sistema de alarme, tenho eletrodomésticos a espera nos fornecedores para serem instalados, posso falar de mim como da casa ao lado, que é o lote sessenta e seis há outras casas que já têm moradores a morar com licença de obra que acabam em junho, julho e agosto, por exemplo, e é um tema que começa a preocupar. Na altura, pedi alguma sugestão da vossa parte a nível de soluções temporárias enquanto estas infraestruturas permanentes não estão feitas, não conseguirão apresentar, disseram que o gerador não era uma solução e eu ao questionar o engenheiro o que ele me disse é que uma situação temporário poderá demorar uma a duas semanas a fazer desde que deem autorização, obviamente é fazer uma puxada da Rua dos Farias com quatro/cinco postos temporários, aqueles de madeira em que conseguem fazer chegar luz aos nossos lotes, sessenta e sete e sessenta e seis, arranjamos forma de construir a casa com luz praticamente emprestada, digamos assim, mas eu acho que temos uma altura crítica que temos que dar a saída da casa onde estamos no final de maio/junho, se não estou em erro, é uma casa alugada e começa a situação a ficar um bocadinho urgente, o que eu gostava, aqui ter era uma resposta, sei que é complicado dizer hoje, mas que esta situação temporária iria avançar.

Enviei e-mail tanto para o GAP – Gabinete de Apoio à Presidência e Urbanismo a dia treze de abril, há praticamente quinze dias, ainda não tive qualquer tipo de resposta. Isto é um tema que começa a preocupar alguns moradores do Bairro da Quinta dos Farias, como alguns futuros moradores que daqui a duas/três semanas têm chave na mão e não conseguem ir para as casas e começam a ficar preocupados com assaltos e roubos, quer dizer, sei de casas que roubaram cobre quanto mais agora com as casas lá a saberem que não estão habitadas, basicamente o tema era este obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Mais intervenções por favor?

Faz favor."

O **Sr. Fernando Santos:**

"Boa noite a todos, chamo-me Fernando Santos, eu tinha falado há uns tempos na Quinta do Anjo sobre a preocupação com a instalação de painéis fotovoltaicos em terrenos que podiam ter um fim mais nobre e agora recorro novamente a isso.

Diz-se normalmente que quando duas pessoas difíceis casam que só se estraga uma casa. Há uma série de exemplos muito engraçados com painéis solares, por exemplo a Renault em Cacia, fez uma associação com a Angie e instalaram painéis solares por toda a fábrica da Renault, portanto, tudo o que era telhado e tudo o que era parque de estacionamento, passou a funcionar como uma central fotovoltaica produzem 15 por cento da energia que a Renault consome. Aqui no concelho, temos Autoeuropa, com hectares e hectares de terreno impermeabilizado que poderia ser usado criativamente com painéis solares protegia os carros do sol e eventualmente quedas de granizo e produzir energia para a própria fábrica.

A Ria Ibérica ali na zona da Agualva, também tem mais, não sei quantos hectares de terreno impermeabilizado que poderia ser usado para painéis solares, tudo e é supermercado que tem telheiros de lona poderia ter telheiros que produzissem energia. Em termos agrícolas, há sistemas de produção de energia fotovoltaica em associação com em vez de ser uma coisa continua é descontínua e aproveita para produzir culturas como framboesa que gosta de sombra e proteção outra vez de chuvas fortes e de granizo. Isso pode proteger, portanto, associando a agricultura com fotovoltaicos ou associando as impermeabilizações que já

tem que ser com fotovoltaicos, poderia ser uma solução criativa para não termos que usar tanto solo, tinha fins mais nobres, para esse uso.

Há tempos aqui numa das reuniões falaram da história das escolas e da passagem das escolas para as câmaras e uma das incógnitas que tinham era o impacto do aumento do preço da energia, quando se efetivasse a passagem da escola tinham previsto "X" e poderia ser mais do que isso e eu não vejo, porque é que as escolas não têm todas painéis solares por tudo o que é lado nas minhas deambulações pela Internet descobriu uma coisa chamada comunidades energéticas onde as pessoas e empresas se associam para financiar projetos de instalação de painéis solares, telefonei para uma dessas cooperativas que se chama Copérnico e eles instalarem já aqui qualquer coisa na Adega Cooperativa de Palmela. Perguntei-lhes como é que eles funcionavam e eles disseram que o método de funcionamento é este se houvesse uma escola, por exemplo, compra o kilowatt a vinte cêntimos, eles instalam os painéis, arranjam investidores para instalar os painéis na escola e vendem a energia a doze cêntimos, e ao fim de uma dúzia de anos eles entregam os painéis à exploração da escola por exemplo, poderia ser mais um bom casamento entre duas coisas difíceis.

Nesta coisa dos fotovoltaicos, eu acho que se pode e que se tiver que ser impermeabilizar solos e destinar solos agrícolas, para centrais fotovoltaicas se, tiver que ser, tem de ser, mas, primeiro, primeiro, primeiro, temos que esgotar tudo o que for autoconsumo, a beleza do autoconsumo que não precisa de tantos recursos, quando a gente produz energia em Águas de Moura para gastar em Palmela, são precisos, não sei quantos cabos grossos e mais postes, não temos ferro, não temos cobre, não temos alumínio importamos tudo e quando se faz autoconsumo. O custo fica tudo mais baratos e tudo o que é preciso é menos a outra beleza do autoconsumo é que, cada vez que se produz energia, não sei aonde no sítio e se gasta no outro, essa energia transportada pela rede elétrica nacional. A Rede Elétrica Nacional não tem nada de nacional vinte e cinco por cento é Chinês e depois de mais cinco por cento pertence à Companhia de Seguros Fidelidade que também é Chinesa e depois pertence mais, não sei quanto a árabes, portanto, cada vez que alguém produz um kilowatt de energia num sítio, para vender noutro, o país fica mais pobre, porque pinga para a China, pinga para a Arábia Saudita e pinga ainda para uma série de países que vêm consumir qualquer coisinha da riqueza que a gente pode produzir e ainda está cá.

Na última reunião tinha pedido se havia possibilidade de a câmara apoiar de alguma maneira uma estrutura provisória que pudesse ajudar as pessoas a ser encaminhadas para a procurarem o autoconsumo tendo uma lista das empresas que funcionam no concelho e que são certificadas para pedir subsídios, são certificadas para face às EDP, não sei se isso teve algum eco se não teve, pronto, é o inconveniente destas coisas, a gente diz, mas depois não se sabe se há feedback ou não."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Mas saberá hoje com certeza, obrigado.

Mais alguma intervenção nesta fase, público?

Quer o Bruno Martins, quer o Fernando Santos reportaram-se a reuniões onde estiveram não foi, com certeza, reuniões, nomeadamente a de dezasseis de fevereiro da Assembleia Municipal foram reuniões de câmara descentralizadas em que colocaram as questões diretamente junto do Sr. Presidente de Câmara e hoje terá que ser o Sr. Presidente de Câmara a responder quer às questões da Quinta dos Farias, quer a estas questões ligadas a enfim, o casamento da agricultura e dos fotovoltaicos, faz favor Sr. Presidente.

O **Sr. Presidente de Câmara:**

"Muito obrigado. Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. membros da Assembleia, restante mesa, Sras. e Srs. Vereadores, jornalistas, público, munícipes, trabalhadoras e trabalhadores do município, quem nos acompanham por streaming a todas e a todos cordiais saudações.

Com todo o gosto de responder às questões aqui colocadas pelo nosso município, Bruno Martins, em primeiro lugar fazer aqui o respetivo enquadramento a existência de um loteamento com o alvará emitido ele não estava concluído até porque as obras de urbanização não estavam concluídas e não faltarei à verdade se

afirmar aqui que todos os processos de comunicação prévia que deram entrada na câmara para aquele loteamento foram no momento alertados que havia questões pendentes com as infraestruturas, umas inacabadas outras vandalizadas e foi precisamente quando começou essa dinâmica urbanística que encetámos os procedimentos tendo em vista, acionar a garantia bancária ainda existente para realizar o conjunto de obras de infraestruturas que competiam ao promotor fazer, designadamente estação elevatória, as ligações dos esgotos, a rede de água teve que ser verificado higienizada e vista a sua dissidência posta encargo e a questão mais preocupante a rede elétrica de todo esse diagnóstico que teve custos demorou o seu tempo. Levou à necessidade de deliberação de novos projeto e quando chegamos à parte elétrica as coisas complicam-se porque a EDP exige já uma adequação técnica, porque, entretanto terão saído outras portarias outros requisitos, técnicos e também ligados à segurança que eles muito sublinham esse aspeto e, portanto, também esse processo é sempre um processo duro exigente com algumas delongas e não são delongas da Câmara Municipal de Palmela que pôs ali todos os seus técnicos e equipas, às vezes atrasando as suas obras do seu programa de trabalho para, enfim, com estas heranças de um conjunto de loteamentos abandonados e são muitos no concelho desde dois mil e oito. Procurar criar as condições para que se possa efetivamente construir e habitar e viver no espaço urbano, qualificado.

Entretanto, a operação urbanística do Senhor Bruno Martins, como de outros é uma comunicação prévia, os senhores podem começar a construir oito ou dez dias depois se entenderem mesmo que haja inconformidades como há nalguns casos e que ainda tenham que ser corrigidos projetos, alinhamentos, cotas de soleira, etc. etc., mas não vou aqui analisar o estado do processo de cada um dos munícipes e muito menos do Sr. Bruno Martins, interessa-me é dar lhe a explicação que quer, é o que temos estado a fazer para ultrapassar esta dificuldade.

Depois de várias tentativas até para conseguimos andar um pouco mais depressa no que a rede elétrica diz respeito, porque a informação que tenho dos nossos serviços é que a questão da água e dos esgotos está concluída e que pode-se fazer, a informação que tenho aqui dos nossos serviços é que a rede está concluída..."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Peço desculpa não pode fazer este tipo de diálogo, deixe concluir, se quiser fazer uma intervenção, fá-lo-á o objetivo aqui é tentar esclarecer, Sr. Presidente se faz favor."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"As obras da rede de águas e de esgotos estão concluídas e há naturalmente ligações a fazer a elevatória para por a elevatória em funcionamento que também necessita de contrato de energia elétrica certificado, etc., etc., há de ser comunicada aos senhores munícipes quando se podem ligar já com as ligações definitivas.

Quanto à energia elétrica que é o mais complexo. Nós trazemos hoje a esta sessão da Assembleia uma desafetação do domínio privado para o domínio público municipal de uma cedência desse loteamento, que é uma questão administrativa cadastral que estamos a resolver para que possamos fazer um atalho mais rápido na passagem dos cabos subterrâneos. Esta questão estando hoje aprovada, passaremos à execução desse projeto esse projeto alternativo procurámos para ser mais célere do que aquele que nos foi inicialmente aprovado e imposto, foi aprovado com este traçado mais curto o que nos permite esta expectativa de antecipar o prazo de execução. Entretanto, com toda a transparência, como é meu timbre. Nós temos incidentes nestas empreitadas e o empreiteiro que lá está não está a ter capacidade para desenvolver os trabalhos de acordo com o cronograma que se comprometeu a fazer e tem inclusivamente tido dificuldades em arranjar o subempreiteiro que, como sabe, é uma empresa, que depois, tem várias especialidades, está com dificuldades em encontrar subempreiteiro com disponibilidade e se calhar também com orçamento para executar esta componente que é a mais complexa, nós temos tentado ajudar, dando, enfim, alguns encaminhamentos e algumas informações até porque temos tido nós essa experiência noutros loteamentos em que somos nós também que estamos a fazer as infraestruturas em falta, como é o caso de Vale Flores e por isso, se aquilo que lhe disseram no local se é seis, se é três, se é quatro meses não consigo dar-lhe nem prazos e muito menos arriscaria a dizer menos ou mais, preciso de uma informação técnica clara que me

assegure aquilo que eu lhe poderia responder agora nós relativamente às opções do amigo, Bruno Martins e outros também já colocaram sobre a mesa, porque não fazer um traçado para além de alternativo um abastecimento provisório através da colocação de postes etc. etc., nós já estamos a tratar disso com a EREDES, mas digo-lhe que são tudo coisas muito complexas e muito e muito morosas, para já não gostam de coisas provisórias e só colocam entraves a situações destas, nós já vivemos uma situação muito semelhante, em vale Flores em que, durante dois anos disseram que era impossível abastecer mais duas ou três moradias só quando estivesse concluído a empreitada que estamos a fazer agora lá e, no entanto, passado um mês ou dois acabaram por ceder a ligação dessas moradias ao mesmo PT que eles dizem que não aguentava mais carga.

Nós temos feito essa pressão, aliás, o Sr. Vereador Pedro Taleço que não têm esta área das infraestruturas, mas tem a relação com a EDP sabe até por questões de obras da câmara, para questões de prolongamentos, de ligações, por exemplo…"

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente, mas situemo-nos aqui na Quinta dos Farias, por favor."

O **Sr. Presidente de Câmara:**

"Sr. Presidente, se me permitir que explique as coisas."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"O que aconteceu em Vale Flores, não interessará, penso eu, ao município nesta fase é um contexto interessa-nos o que é que pode acontecer na Quinta dos Farias e o senhor já disse, e muito bem."

O **Sr. Presidente de Câmara:**

"A resposta é minha, o senhor munícipe avaliará a pertinência ou não da minha resposta e, portanto, prosseguindo para vos dizer que estas questões com a EDP quando queremos também algumas ligações desta natureza são sempre muito complexas, costume dizer que é mais fácil pedir umas baixadas para fazer umas festas, ou outro tipo de eventos do que para questões desta natureza, mas estamos a tentar precisamente essa ligação provisória, porque antevemos sobretudo a partir do momento em que soubemos destas dificuldades com o subempreiteiro que esses seis meses podem ser, de facto uma realidade e como gostaríamos que fosse menos tempo, vamos procurar encontrar uma solução provisória e levar à EDP a fazê-la, porque são eles os fornecedores e os concessionários e teremos que ter o acordo e a solução técnica validada por eles e portanto, é o que lhe posso responder neste momento, não consigo dizer que é para amanhã, ou que é para depois.

Quanto às emissões da licença de utilização, naturalmente, elas estão sempre dependentes, não só do escrutínio da conformidade da obra, dos projetos etc. etc., como das infraestruturas executadas porque a licença de habitação, prossupõe que se possa ter a habitabilidade com todas as questões que são determinantes para o conforto da família e, nomeadamente a energia elétrica, portanto, é isto que estamos a fazer, temos a noção que temos que percorrer este caminho alternativo, mas não consigo lamento muito Bruno Martins, não consigo dizer, tal como possivelmente, o nosso técnico fiscal da obra disse são seis meses, três ou são quatro, poderemos ter outras informações mais concretas quando a EDP nos responder e aí sim, podemos apontar um prazo.

Caro Fernando Santos, sobre as suas considerações acerca dos painéis fotovoltaicos, o aproveitamento, os locais para a sua colocação, estamos em perfeita sintonia, são esses também os objetivos e os princípios da autarquia, a autarquia no que diz respeito à instalação de grandes centrais fotovoltaicas no seu território tem uma política clara bem definido com um conjunto de exigências, ao contrário do que, às vezes se refere não hipoteca solo agrícola, reserva agrícola, nada disso apenas agroflorestal e, enfim, categorias e de zonas que

estão, de facto ao abandono que, às vezes são autênticos vazadouros de detritos e de outras coisas mais e tem sido esse o objetivo de levar esses investimentos para locais que possam ter este outro aproveitamento que tem também uma vertente óbvia de sustentabilidade e de ambiente e levanto também a que os painéis fotovoltaicos não constituam superfícies impermeabilizadas porque eles têm apenas e é também do ponto de vista urbanístico, nesse aspeto são feitas também as avaliações das áreas a impermeabilizar, a taxar, etc., tem uma fixação no solo que não corresponde à área de captação dos raios de sol do painel e temos exigido também já agora esta explicação aos investidores que estão a fazer estes investimentos no nosso concelho de acordo com um plano e como a política da nossa área que é clara sobre esta matéria que utilizem o solo remanescente precisamente também entre painéis para a agricultura, para a pastorícia e também para a plantação de flora que contribua para a colonização que é também um dos objetivos dos nossos planos na área ambiental, em conversa com produtores, com agricultores, com apicultores, que é necessário investir no prado sequeiro e em espécies que no solo, permitam a polonização.

Quanto às sugestões que aqui trouxe é isso que estamos a fazer, nós conhecemos a "*Coopérnico - Cooperativa de Desenvolvimento Sustentável*," o Sr. Vereador, tem reunido com a Coopérnico, quem quiser informações sobre esta matéria pode solicitar atendimento ao Gabinete de Ambiente e de Eficiência Energética, o Sr. Vereador também costuma atender estão a atender muitos particulares e grupos de moradores até com esta ideia das comunidades de energia já reunimos já falámos, estamos perfeitamente disponíveis e, obviamente, naquilo que são equipamentos do município, nós procuramos criar condições para a instalação dos painéis que não é assim tão simples como as pessoas avaliam, porque a questão do custo benefício, naturalmente as contas são mais ou menos essas mais coisa menos coisa. A questão é que também para se colocar os painéis fotovoltaicos em determinados telhados é necessário fazer também outro tipo de avaliações, há telhados que estão preparados para isso, outros que não estão, mas temos projetos feitos para vários equipamentos municipais Biblioteca de Pinhal Novo, Mercado de Pinhal Novo, escola Salgueiro Maia, escola Alberto Valente, Centro Cultural do Poceirão, portanto, e alguns até já tem painéis oferecidos por algumas empresas, portanto, nós estamos a fazer esse caminho e estamos naturalmente, concordante com o senhor a procurar e também incentivar os munícipes e as empresas a tomarem essa iniciativa, o que é que fazemos, olhe, já fazemos discriminações positivas nas taxas a quem tiver edifícios com esta componente ambiental com valor acrescido, portanto, nós reduzimos taxas é uma discriminação positiva que fazemos e por outro, vamos divulgando os incentivos que o Governo tem anunciado e pronto é aquilo que vamos fazendo, porque consideramos que temos um concelho enorme, temos muita área que pode, de facto, ser aproveitada também naquilo que já existe e não como o senhor diz de perdendo solo, mas garanto-lhe que os solos que têm sido sinalizados para estes investimentos e alguns são pesados, ainda hoje estive com a CCDR numa reunião de trabalho todo o dia, e fui visitar um local vão ser cerca de duzentos e sessenta hectares de painéis solares é muita coisa, é muita coisa, temos essa preocupação de procurar que sejam solos que não têm, obviamente potencial para a agricultura, para a florestação ou para outros fins para nós também são ambientalmente relevantes e sustentáveis.

Portanto, fica aqui também este apelo para que possamos conversar com o meu amigo e com outras pessoas que se queiram dirigir ao Gabinete Ambiente Eficiência Energética, com o Sr. Vereador do pelouro e com os nossos técnicos para partilharmos esta informação, aliás, também acrescentaria que o próprio Gabinete de Apoio ao Consumidor também já tem sido procurado mais para procurar clarificar como aceder aos tais benefícios que o Governo tem anunciado mais na lógica das janelas e de outras melhorias térmicas.

Sr. Presidente por hora, é o que se me oferece, dizer."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Sr. Presidente.

Alguma nota mais do público?

Só um rodapé tem que falar para o microfone para ficar gravado."

O **Sr. Bruno Martins:**

"Queria só dizer que como o Sr. Presidente estava a dizer e como dizia que não está a faltar à verdade quando dizia, que na comunicação prévia avisavam sobre as infraestruturas, posso dizer-lhe que não é verdade, que a certidão prévia emitida no dia seis de abril do ano passado, portanto, dois mil e vinte e um e em momento algum nesta certidão prévia…"

O **Sr. Presidente de Câmara:**

"Presiga Bruno."

O **Sr. Bruno Martins:**

"Aqui na certidão não comunica nada disso, eu faço uma comunicação prévia recebo a certidão diz-me que posso construir tudo ok, a nível da alteração de alvará também já tenho o ok, portanto, em momento algum me disseram que não era supostamente aconselhado a construção dever a falta de infraestruturas. Agora realmente eu no dia dezasseis de fevereiro, o Sr. Presidente estava muito otimista e disse;" isto *com otimismos não chegamos à frente*", referiu muitas vezes a palavra tentar, eu posso tentar voar, mas eu não vou conseguir, portanto, precisamos mesmo aqui de coisas que se possam tocar, em que ponto estava a situação com a EDP? responderam alguma coisa? disseram que não? Há reuniões marcadas? não há reuniões marcadas? Eu daqui a duas semanas tenho uma chave na mão ainda e uma casa para habitar e vai habitar como? A minha preocupação e a de todos os outros que lá estão é esta, porque o primeiro projeto acredito, não tenho se calhar, até foram de aprovar um projeto da rede elétrica em que o traçado aprovado foi traçado maior e agora é que vamos aqui falar, eu vou aqui falar sobre reduzir este traçado para ser mais rápido, não vai chegar, não vai chegar, realmente a situação provisória tem que avançar e com algum tipo de urgência, porque se não vai ser complicado se eu chegar aqui à próxima reunião com uma despesa de; "olha, partirmos vidros, não tem sistema de alarme, não tenho água" sobre a situação da rede de água estar pronta ela pode estar pronta agora o engenheiro que lá está, diz, "eu não vou ligar, porque não tenho os cabos enterrados", estão destapados e com a pressão da água vai rebentar, foi que ele me disse há duas semanas e não sei do vosso lado, quem controla as obras, o engenheiro que lá está o Eng.º Agostinho disse-me isso a mim há duas semanas, se ligar a água que o mais certo é os tubão sei do vosso lado, quem controla e quem é que dá esse tipo de informações."

O **Sr. Presidente de Câmara:**

"Eu não conheço essa pessoa."

O **Sr. Bruno Martins:**

"Se não é Agostinho, há de saber certamente, ou alguém que esteja a controlar."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, obrigado."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito bem, mas receberá por escrito a nossa resposta e procuraremos dar alguns prazos."

<u>Período de Antes da Ordem do Dia</u>

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Concluído este ponto Período do Público, passamos ao Período de Antes da Ordem do Dia.

Temos cinco moções, entre moções e votos de congratulação, têm todos eles como mote, o "25 de Abril e o 1º de Maio", a admissão é feita normalmente, temos que ser lestos nesta parte, mas acho que, principalmente para quem está em casa e não está aqui que é relevante que as moções e que as propostas possam ser lidas portanto, de acordo com o que me foi entregue a ordem cronológica começa pela CDU, tem uma moção "Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático" quem a expõe por favor?"

Moção CDU "Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático"

Tomou a palavra o **Sr. Ricardo José Oliveira** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta e um votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do CH e um do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas, as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Ricardo Oliveira, da bancada da CDU.

Intervenções sobre esta moção?

Colin Marques PPD/PSD."

O **Sr. Colin Marques do PPD/PSD:**

"Boa noite, na figura do Sr. Presidente, aproveito para deixar uma boa noite a todos os membros da Assembleia Municipal, executivo e público aqui presente e comunicação social.

Relativamente a esta moção, e sem querer pormenorizar aqui com o tipo de vocabulário, o habitual do Partido Comunista Português, aquilo que nós PSD, temos a dizer é que vamos votar contra e vamos votar contra, sobretudo, porque não é tanto, pelo vocabulário, mas, sobretudo por causa da criação das regiões administrativas. Acreditamos que esta só traria mais burocracia, mais despesa pública, e para parafraseando aqui António Barreto dizia-se que "A Regionalização em Portugal, nos tempos, atuais é o maior embuste político que se possa imaginar" por esse motivo votaremos contra, obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Colin Marques.

Alguma, intervenção mais?

Paulo Santos, PS faz favor."

O **Sr. Paulo Santos do PS:**

"Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, membros da Assembleia e demais presentes e lá em casa.

Em relação esta moção apresentada pela CDU, posso adiantar que vamos já votar favoravelmente. Em relação à questão aqui das regiões administrativas como esclarecer e, como aqui mesmo na própria a moção é apresentada a Constituição da República Portuguesa prevê a regionalização e nunca ninguém quis retirar dali aquela norma da Constituição, aliás, quem muito combateu a regionalização teve essa possibilidade, porque exigiu uma revisão à Constituição da República Portuguesa, mas nunca quis retirar dali esta questão da regionalização.

Era só esta nota que eu queria deixar e vamos votar favoravelmente."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito Obrigado.

Alguma, intervenção mais?

Carlos Jorge Almeida."

O **Sr. Carlos Almeida da CDU:**

"Obrigado Sr. Presidente, saúdo no Sr. Presidente os membros da mesa, os membros da Assembleia Municipal, saúdo os trabalhadores municipais tornam possível também este nosso exercício democrático, público que nos acompanha aqui e via streaming nos seus lares e a comunicação social.

É só para estranhar esta questão, provavelmente, eu não estou, up date com aquilo que são as ideias do PSD neste momento relativamente à regionalização, eventualmente, poderemos dizer que, ao longo dos anos, terão expressado modo diferente, enfim, a sua sintonia ou não relativamente a esta matéria, mas que tenho aqui há minha frente aquilo que é a comunicação do líder do Partido do Partido Social Democrata, onde ainda recentemente afirmava que o PSD abriria a porta à regionalização e estaria até portanto, disponível para apresentar um conjunto de enfim, novas visões, nova forma de ver esta matéria, acontece também que, do ponto de vista daquilo que são as colocações ao longo do tempo, diferentes líderes partidários no PSD, o Partido Social Democrático, também nunca ouvi, não foi percetível para mim esta posição anti-regionalização que por si só seja capaz de justificar o posicionamento relativamente ao texto admite que, obviamente o conteúdo do texto, admite obviamente que a forma do texto não convirjam com aquilo que tem sido exteriorizado ao longo do tempo agora esta posição contra a regionalização, deve levar aqui a minha surpresa, mas pode também ser distração da minha parte.

Muito obrigado Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Carlos Jorge Almeida.

Alguma, intervenção mais?

Votamos a moção da CDU."

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e seis votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP e um do BE) e cinco abstenções (três do PPD/PSD e dois do CH).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

Saudação seguinte, PS "Comemoração do 25 de Abril e Celebração do 1º de Maio".

<u>Saudação PS "Comemoração do 25 de Abril e Celebração do 1º de Maio</u>

Tomou a palavra a **Sra. Patricia Isabel Gaspar Valente** para apresentar a Saudação, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta e um votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas, as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Patrícia Valente do PS:**

"Eu esqueci-me de dizer no início saudação a comemoração do 25 de Abril e celebração do 1º de Maio."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Mas todos conseguimos ler Patrícia, muito obrigado.

Eu com tantas moções destas tive a tentação de não as lermos, mas não temos alternativa, muito bem, Intervenções sobre esta saudação?

Carlo Vitorino faz favor."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD:**

"Muito boa noite a todos, na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia cumprimento todos os presentes nesta sala, um cumprimento especial também para quem nos está a ver remotamente.

Referir que o PSD votará favoravelmente esta saudação, aliás, eu tinha aqui pequenas notas relativamente a mesma que é naquele parágrafo de "Saudaram-se os militares com cravos vermelhos, e o dia começava limpo e inteiro", não saudaram os militares com cravos de todas as cores, os vermelhos predominaram, mas os escravos eram todas as cores.

Depois tenho só aqui uma questão com …"

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Continue, faz favor."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD:**

"Estava só a ouvir o remore, do como eu, às vezes gosto deste …

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Eu também, mas o tempo urge."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD:**

"Mas também não sou eu que o faço estender, mas só referira relativamente à questão do 1º de Maio a questão do regime massivo do teletrabalho que que veio agravar, eu até sofre de um problema inverso eu tenho é dezenas de trabalhadores em teletrabalho que não querem voltar para o local de trabalho, aqui, o teletrabalho tem sempre duas vertentes, mas, pronto, era só isso, mas votaremos obviamente favorável."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Joaquim Pires, CDU se faz favor."

O **Sr. Joaquim Pires da CDU:**

"Boa noite a todos e a todas, boa noite a quem cá está e quem não está, público, trabalhadores da câmara que nos, estão a dar apoio, à mesa, Srs. Vereadores.

Dizer desde já que a CDU vai votar favoravelmente esta Saudação, relativamente há matéria do 25 de Abril e o 1º de Maio. Não é uma saudação, texto que seria na íntegra feito pela CDU, mas concorda com o que está. Duas notas também, saudamos hoje e sempre a luta política foram também os operários e muitos operários que estiveram nessa luta e que não são aqui referidos, mas, "o menos" e, portanto, por outro lado a questão das situações dos refugiados de toda uma situação muito complexa muito dramática e muito cruel é restritivo o que diz esta moção, mas é o suficiente também para percebermos e ainda com imprecisões até a um nível nacional e mundial dessas imprecisões que, às vezes não nos permitem ou não nos deixam perceber a dimensão total daquilo que está a ocorrer nas várias partes ou nas várias regiões.

Estamos de acordo com o texto e vamos votar favoravelmente."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Mais alguma intervenção? Não havendo votamos."

Submetida a Saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"O Bloco de Esquerda tem dois votos de saudação separados, um ao "25 de Abril", outro ao "1º de Maio" e depois ainda temos a moção do Movimento Cidadãos pelo Concelho de Palmela, pelo que peço a Tânia para, enfim, apresentar uma primeira, votaremos, o Movimento faz a sua apresentação e a Tânia fará o segundo, para não falar de seguida se faz favor."

Voto de Saudação BE "Ao 25 de Abril"

Tomou a palavra a **Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos** para apresentar o Voto de Saudação, que ficará apenso à ata, e que foi admitido por unanimidade, com trinta e um votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do CH e um do BE).

Sobre a Recomendação foram efetuadas, as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Voto de saudação ao "25 de Abril" apresentado pela bancada do Bloco de Esquerda quem quer intervir? Ninguém quer intervir?

Eu peço que na segunda linha *"se assinalarão ao longo de cinco anos, 2022/2025"* há um lapso, agradeço que corrijam por favor e vamos votar."

Submetido o Voto de Saudação a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e seis votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP e um do BE), três abstenções do PPD/PSD e dois votos contra do CH.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Passamos há moção do Movimento Cidadãos do Concelho de Palmela, moção "25 de Abril e 1º de Maio" faz favor.

Quem vai fazer a leitura? Quem faz a leitura do Movimento favor?"

Moção MCCP "25 de Abril e 1º de Maio"

Tomou a palavra o **Sr. Luis Miguel da Silva Marques** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta e um votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas, as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Intervenções sobre esta moção por favor?

Não há intervenções?

Joaquim Pires, peço desculpa."

O **Sr. Joaquim Pires da CDU:**

"O tema ou os temas que aqui são tratados nesta moção são temas e matérias da maior importância para todos os homens, as mulheres, os jovens, para toda a população portuguesa. Foi nestas datas que foi alcançado a liberdade, pôs fim ao fascismo e se comemorou em liberdade o 1º de Maio.

Estas duas datas são muito importantes e, naturalmente, respeitadas com toda a dignidade e toda a importância que lhe possamos dar.

25 de Abril e 1º de Maio trouxeram-nos muitas conquistas, que ainda hoje, apesar dos ataques que são deferidos, essas conquistas se mantém ainda que mutiladas.

1º de Maio e 25 de Abril sempre, 1º de Maio e 25 de Abril, as portas que Abril abriu e que nunca mais ninguém as encerra, portanto, estamos de acordo, vamos votar favoravelmente esta moção."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado, Joaquim Pires.

Alguma, intervenção mais?

Votamos então a moção do MCCP."

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por Unanimidade, com trinta e um votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois CH e um BE).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Voltamos ao BE Voto de saudação ao 1º de Maio."

<u>Voto de Saudação BE "Ao 1º de Maio</u>"

Tomou a palavra a **Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos** para apresentar o Voto de Saudação, que ficará apenso à ata, e que foi admitido por unanimidade, com trinta e um votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do CH e um do BE).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Tânia Ramos.

Voto de saudação ao 1º de Maio, sobre este voto de saudação quem quer intervir?

Carlos Vitorino, mais alguém se pretende inscrever desde já?"

O Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD:

"Muito obrigado, Sr. Presidente.

De referir que a bancada do PSD irá votar favoravelmente este voto ao 1º de Maio, lembrando sempre a questão dos trabalhadores e das dificuldades que os mesmos enfrentam face a despedimentos, motivados por outros motivos que não são os de justa causa, como recentemente aconteceu até nalguns partidos políticos disse."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado, Sr. Membro da Assembleia Municipal eleito pelo PSD, Carlos Vitorino.

Mais alguma intervenção?

Votamos."

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois CH e um BE).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Terminámos os nossos votos, moções e saudações, entramos ainda no Período de Antes da Ordem do Dia, sendo que temos cerca de uma hora e vinte de Assembleia e de acordo com o Regimento deveríamos ter, enfim, usado até este momento, somente uma hora, portanto, façam favor quem quiser, neste ponto intervir, agradeço que, em função do tempo também tenham em conta essa *"nuance".*

Tânia Ramos, Bloco de Esquerda se faz favor.

A **Sra. Tânia Ramos do BE:**

"Muito bem, obrigada novamente, Sr. Presidente.

O Bloco de Esquerda tem duas questões para dirigir ao Sr. Presidente e passo a explicar; A Associação dos Amigos do Bairro da Confidente, tal como o nome indica a uma Coletividade de Residentes do Bairro do da Confidente no Pinhal Novo, a sua sede social situa-se no "Polidesportivo 25 de Abril" e tem vindo a manter a sua atividade, apesar dos tempos difíceis para o associativismo local como tem sido a pandemia da covid 19 a direção desta associação tem desenvolvido esforços para tornar o recinto a que corresponde o Polidesportivo 25 de Abril e a zona envolvente um espaço agradável para os seus associados e para os utilizadores do polidesportivo que são na sua maioria jovens contudo, existem dificuldades que esta associação não consegue ultrapassar que se prendem com a degradação do próprio polidesportivo, nomeadamente o piso do espaço de

jogo e as redes das balizas e a direção identificou ainda a necessidade da construção de balneários e de um bar para melhorar a capacidade de utilização dos associados e da população do Bairro em geral.

A nossa pergunta é, está a Câmara Municipal atenta e pronta a trabalhar no sentido de resolver as carências da Associação dos Amigos do Bairro da Confidente? e depois tem uma segunda questão que é, a rua Manuel Xavier de Carvalho, em Cabanas na Freguesia da Quinta do Anjo, mereceu obras de pavimentação recentemente, mas apenas em metade de metade da sua extensão, desde a estrada nacional 379, isto fez com que, pelo menos três residentes e outros tantos proprietários de terrenos nesta rua tenham ficado de fora do grupo privilegiado residentes e proprietários que viram melhoradas as suas acessibilidades, é uma injustiça para quem ficou na secção de rua por pavimentar porque também pagam IMI.

Quando será concluída a pavimentação da rua Manuel Xavier Carvalho, tendo em conta que foi lançado o concurso para a empreitada desta pavimentação desta rua e que a obra tinha um prazo de execução noventa dias e que tinha a conclusão prevista para dois mil e vinte e um, no entanto, estamos em dois mil e vinte e dois e falta o trouço o até à rua Manuel Cândido.

Disse, muito obrigada."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Não sei se foi o Carlos Vitorino se foi o Colin?

Colin Marques PSD."

O **Sr. Colin Marques do PPD/PSD:**

"Trago aqui alguns assuntos começaria pela lagarta do pinheiro, como é do conhecimento público aqui no concelho, portanto, houve uma intervenção no Aldeamento Turístico Palmela Village, portanto, no lote sessenta, que é o bloco do campo de golfe onde foram encontrados alguns ninhos da lagarta do pinheiro a cinquenta metros de altura, portanto, eu trago aqui este este assunto hoje, porque é mais ou menos por esta altura que a lagarta começa a descer das árvores dos ninhos e, portanto, vai para o solo onde pode estar em contacto com animais e com crianças, é bastante perigoso, sublinho que as lagartas do pinheiro são perigosas. Cada uma delas está coberta por cerca de seiscentos mil pelos urticantes, é uma proteína com efeito irritante e que podem levar a uma distância até duzentos metros e mantém esse efeito durante todo o período de um ano.

Nesse sentido, eu gostava de saber se estão identificados e assinalados pinheiros com ninhos de lagarta em espaços públicos do concelho?

Se a Câmara Municipal de Palmela tem recebido pedidos de auxílio por parte de proprietários de terrenos com pinheiros com ninhos de lagarta, que são muitos, são poucos, são alguns e, portanto, e nesse sentido caso se confirme a minha segunda questão que a câmara tenha recebido pedidos de auxílio que medidas estão a ser tomadas neste caso.

Aproveito também aqui nesta parte do controlo de pragas e desinfestação, portanto, recebia na preparação para esta Assembleia Municipal alguns munícipes de aldeia da Quinta do Anjo, que queixam-se que e é por demais frequente a saída de baratas das sarjetas, portanto, na aldeia da Quinta do Anjo e que, nesse sentido pediram para solicitar aqui que fosse realizado algum controlo de pragas em alguma desinfestação agora que está a chegar o verão e que é altura que as baratas apareçam com mais frequência como é sabido.

Em termos de algumas obras que gostaria aqui de questionar, toda a estrada nacional de Quinta do Anjo, portanto, e continua a ser frequente as ruturas constantes nível de esgotos, e nesse sentido, queria saber ou para este orçamento ou para o próximo se está a ser equacionada uma substituição completa da rede de águas e esgotos, porque, ao contrário dos constantes remendos que tem vindo sempre a ser feitos um pouco por todo o concelho e, sobretudo na freguesia da Quinta do Anjo, mas não só, estrada para o "*Colégio St. Peter's School*", e Bairro Casas da Quinta, do lado da estrada da Volta da Pedra, aquilo funcional e

visualmente está uma completa desgraça. Do lado da estação ferroviária, falta ainda uma ligação à estrada com apenas cinquenta metros e a que existe é provisória, e que é provisória há vinte anos.

Relativamente aos passeios da estrada entre Aires e Poceirão, em metade dos passeios, não há, e na outra metade falta rebaixar os passeios, o que torna a circulação de pessoas deficientes muito complicado.

Queria só deixar aqui uma sugestão/pedido fica à consideração do executivo. Trago aqui o nome de Sebastião Fortuna. Um artista na verdadeira ascensão da palavra, uma pessoa singular da freguesia de Quinta do Anjo e do concelho de Palmela, que assinalou recentemente o seu 86º aniversário, menos de um mês depois de ter sido obrigado a abandonar o seu atelier, neste momento, encontra-se sem espaço para trabalhar, para expor, para ensinar, e para encantar, tendo em conta a sua avançada idade, quer a Câmara Municipal de Palmela ser recordada como entidade pública municipal que deixou ao abandono um destacado artista com uma obra inegável e reconhecido mérito do seu concelho? A cedência de um espaço no espaço público municipal, ou outro a pensas da autarquia não seria uma homenagem justa em vida, e merecida a Sebastião Fortuna?

Deixo aqui este pedido, e com isso, termino a minha intervenção, obrigado a todos."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Obrigado Colin Marques.

Mais alguma intervenção?

Não, não, aceitarei mais, são duas intervenções e sobre os mesmos e o Sr. Presidente irás se pronunciar."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Senhora membro da Assembleia, Tânia Ramos, nós com a Associação de Residentes e Amigos do Bairro da Confidente como deve calcular, temos uma relação permanente, acabaram de ser apoiados no âmbito também o dos apoios ao associativismo das associações de moradores, mas têm também connosco, um protocolo para a conservação, manutenção e gestão daquele polidesportivo e temos, naturalmente, feita a avaliação daquilo que é o trabalho da associação e quando há lá questões das redes para reparar, etc. também, devo dizer que é competência da associação fazê-lo, porque recebe dois mil euros por ano, para fazer esse tipo de pequenas reparações.

Quanto às outras reparações mais profundas no piso, etc. tecnicamente, é avaliado pelos serviços que percebem da matéria, temos outras prioridades em matéria de polidesportivo estão outros priorizados para ter a intervenção ao nível da melhoria do pavimento e aquele por enquanto não oferece perigo, porque se oferecesse perigo no âmbito da fiscalização que fazemos, estaria interditado.

Quanto às outras questões vão sendo analisadas, no âmbito das candidaturas para obras de beneficiação, os balneários já lá existiam quem os alterou foi a própria associação transformando-os numa sala de convívio e cozinha, enfim, nós vamos trabalhando com a associação, mas não podemos fazer todas as vontades, quando há questões que também temos que avaliar, temos que avaliar aquilo que é preciso ser feito e não temos apenas que apoiar e fazer aquilo que as associações nos solicitam elas também tem obrigações para com a câmara que estão protocoladas e nós faremos essa avaliação permanente e ao longo do ano, vamos concretizando aquilo que é possível concretizar lá em parceria com a associação, porque o espaço é municipal, está-lhes cedido, há obrigações das partes e o apoio que damos tem em consideração a execução do plano e dos compromissos assumidos entre as partes.

A outra questão com a rua Manuel Xavier de Carvalho, a questão da desigualdade é simples, é uma parte que pertence o perímetro urbano e à outra parte que não pertence ao perímetro urbano em todo o caso, nós temos intenção de fazer o prolongamento da rua, não lhe sei dizer em que ponto de situação está o procedimento concursal, não sei mesmo, se virá aqui no relatório de atividades não tive oportunidade de encontrar andei aqui a procurar na net, mas pertence ao compromisso de mandato concluir esse arruamento.

Senhor Colin Marques, lagarta do Pinheiro, o município tem anualmente, um plano de intervenção, naturalmente nos pinheiros que são propriedade municipal ou que estão em espaço público, e esses têm sido

tratados de diversa forma, ultimamente o método mais eficaz é a microinjeção, onde investimos vários largos milhares de euros em todas as freguesias e naturalmente, nos espaços que são da competência do município, os que são pinheiros dos particulares, atualizamos os particulares não só, para as medidas que têm que ter para salvaguardar a sua segurança e segurança dos seus vizinhos, porque, por vezes, nós somos alertados é por queixa dos vizinhos e para as medidas que têm que tomar, nomeadamente no empreendimento turístico, Palmela Village, fomos alertados e demos instruções para a fiscalização notificar e a proteção civil também a entidade gestora do empreendimento, para que, quem é detentor do campo de golfe que tem tido ao abandono, se é lá que estão os pinheiros e nessa área que faça o devido tratamento e, portanto, o município não tem intenção de se substituir aos legítimos proprietários e quem tem obrigação de tomar essas medidas sanitárias.

Campanha de desbaratização é normal que se chover menos e se tivermos um acentuado aquecimento da temperatura ciclicamente este fenómeno das baratas, aparecem em todo o mundo e aparece também no nosso país e nos últimos anos, dizem especialistas aparece mais e vai continuar a aparecer por causa das questões climáticas, e não só, e também pela resiliência das próprias baratas aos tratamentos que são efetuados. Nos últimos anos, temos tido campanhas que tem, em média sete intervenções por ano, por exemplo, a do ano passado até terminou já em janeiro de dois mil e vinte e dois, o procedimento para o efeito será lançado no princípio de maio e depois divulgaremos a calendarização, para além da calendarização que é feita por zonas, nós, à medida que há fenómenos que eles não ocorrem e não se consegue tratar as redes que são centenas de quilómetros, nós à medida que somos alertados atuamos nesses bairros e nesses arruamentos e o ano passado correu muito bem este método com a divulgação que fizemos, portanto, as senhoras e senhores munícipes que verifiquem a ocorrência de fenómenos dessa natureza, em determinado momento é enviar ou contactar o município e os nossos serviços levarão, a empresa ao local e ela fará as ações de combate e desbaratização com as normas técnicas, ainda sobre a desbaratização há aqui um pormenor importante, é que o município intervém no espaço público, nos coletores, na rede pública, mas depois há trabalho a fazer nas redes privadas e, portanto, há pessoas com quintais, com ligações, com antigas fossas desativadas, etc. etc. mas isso são pormenores que depois nós vamos sabendo, porque vamos acompanhando o assunto, vamos intervindo depois as pessoas dizem, "*Ah! não ficou resolvida, ah! agora tenho cá em casa, tenho no meu quintal*", essa é outra questão há uma parte que é feita pelas entidades públicas e outras que nós fazemos, enquanto particular dentro das nossas propriedades.

Pedido que faz em nome de Sebastião Fortuna, nós temos contactos com o Sr. Sebastião Fortuna, quando ele se nos dirige, reúne connosco, ou solicita algum apoio seja para expor, não conheço nenhum pedido formal do Sr. Sebastião Fortuna sobre essa matéria, tive há uns meses uma conversa com ele sobre criação, sobre a sua ideia do que é a forma de intervir na arte e outros projetos que o senhor sonha e têm de interesse turístico para o concelho estamos sempre disponíveis para ouvir, mas não tenho registo de qualquer pedido, e naturalmente o município para atender a essas pessoas como o Sr. Sebastião Fortuna, atenderá também a outros ilustres cidadãos do concelho de Palmela nessas e noutras áreas.

Recordo que o Sr. Sebastião Fortuna, já foi condecorado pelo município tem tido sempre o apoio do município para aquilo que é solicitado, mas, naturalmente também tem contratos com o município e tem contratos que têm direitos e deveres e tinham também premissas, nomeadamente de não voltar a fazer determinadas atividades artísticas concorrenciais com uma atividade, isto é para dizer aqui com todas as letras com uma atividade que decorre num espaço que foi adquirido ao Sr. Sebastião Fortuna, por avultados, valores e, portanto, se é essa tese que está subjacente de vir a trabalhar nesse espaço digo-lhe que enquanto o município for detentor do espaço e membro, embora minoritário daquela sociedade, nós não permitiremos que isso aconteça, naturalmente, facilitaremos a utilização dos nossos espaços, dos nossos espaços de exposição ou de outros espaços devolutos, que tenhamos que possam ser ocupados por artistas como há pedidos em todo lado, há pedidos em Pinhal Novo para o espaço Santa Rosa, há pedidos em Palmela, enfim, estaremos atentos e faremos a avaliação das condições que temos para ir ao encontro de quem quer desenvolver atividade artística e precisa de ateliers, precisa de oficinas etc. etc. é o que lhe posso adiantar nesta matéria.

Sobre a rede de águas, pois bem, os senhores não aprovar o orçamento do município, mas se calhar, tiveram desatentos é que nós colocámos precisamente verbas para remodelações também nessa área, aliás, eu assinei hoje as autorizações para abertura de concursos, dois pelo menos ambos na ordem de cem mil euros

cada um, um para a Freguesia de Quinta do Anjo, Pinhal Novo e outro para a União de Freguesias de Poceirão Marateca, para as remodelações e requalificações mais urgentes. Estamos a falar de água, não estamos a falar de saneamento ali não há episódios de saneamento e não tem que ver só com condutas tem que ver às vezes com outras questões de manobras da rede de água que vai de um lado para o outro que estamos a avaliar, porque, de facto, tivemos agora também um conjunto de episódios que não eram assim tão recorrentes na trezentos e setenta e nove, a sua repavimentação nas partes intervencionadas pelos serviços municipais compete ao município a reabilitação da estrada que vimos reclamando há muito tempo e se a reabilitação fosse feita possivelmente, também teríamos menos problemas, porque ali vários fragmentações da estrada várias fissuras que depois também levam a alguns problemas nas condutas essa infelizmente, tivemos resposta das Infraestruturas de Portugal, na semana passada à moção que aprovámos por unanimidade em reunião de câmara, a dizer que não tinha instruções da tutela para proceder em termos de dotação orçamental, à reabilitação de trezentos e setenta e nove, no troço que reclamámos entre São Gonçalo e a Volta da Pedra.

Não sei se qualquer dia nos entregam a estrada assim a mata cavalos, mas nós somos contra essa descentralização e essa desresponsabilização de uma via uma vez que passa para o município, sobretudo na área dos perímetros urbanos deverá vir devidamente reabilitadas e em condições."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"É só Sr. Presidente?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"É só."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Vamos concluir este período de antes da ordem do dia gostava de vos dar aqui uma informação que é essencialmente um convite, definimos eu e o Sr. Presidente de Câmara já há algum tempo, que deveríamos fazer, enfim, algum "*ri freches*" no site da Câmara Municipal, nomeadamente na parte da Assembleia Municipal e eu entendo que cada um dos grupos aqui representados, deve ter a fotografia dos seus membros lá, colocar as fotografias todas as trinta e uma é uma coisa impensável, porque a forma como o site está organizado era o lençol que nunca mais terminava e, portanto, aquilo que como combinámos genericamente, eu até pensei fazer isso do 25 de Abril, mas depois em função da indicação que tive de tantas ausências não avancei por aí, convidava-vos para no dia vinte e seis de maio que é a próxima Assembleia Municipal o Sr. Presidente Câmara convida o fotógrafo do município se faz favor e fazemos uma fotografia ou dentro do São João, ou aqui fora, porque esta bom tempo e às oito e meia, conseguimos perfeitamente fazer uma fotografia por grupo parlamentar e, portanto, haverá em vez de ver trinta e uma fotografias haverá seis, é muito mais simples, a Tânia fica sozinha, mas, pronto, não tem problema é mesmo assim, mas era este o convite que gostava de deixar porque penso que nesta linha de valorização também do papel da Assembleia Municipal é importante que os municípios conheçam quem efetivamente os representa aqui neste órgão.

Passamos à frente, vamos para o ponto 1 da ordem de trabalhos, informação do Sr. Presidente da Câmara acerca da atividade municipal."

<u>Período da Ordem do Dia</u>

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado, Sr. Presidente, o relatório foi distribuído são oitenta e seis páginas que vou procurar sintetizar, ainda assim, solicito a transcrição da integrante da introdução ao relatório para a ata para poder procurar abreviar.

Os meses de fevereiro e março corresponderam a um período de mudança, no que respeita à evolução da pandemia e às medidas preventivas. Apesar dos números recorde de casos, registados em janeiro, a conclusão da fase de inoculação com a dose de reforço diminuiu a gravidade das situações de doença e permitiu um paulatino alívio das restrições e a reabertura da atividade. O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Palmela foi desativado a vinte e dois março, mas manteve-se a coordenação e o apoio ao funcionamento do Centro de Vacinação Municipal, bem como o acompanhamento das/os trabalhadoras/es e o conjunto de ações profiláticas de limpeza e desinfeção de viaturas, equipamentos e instalações municipais. Além da Covid-19, outras ameaças exigem a nossa atenção e a aproximação de uma nova época de incêndios motivou a realização de uma sessão de desenvolvimento e ampliação do projeto "Aldeia segura, pessoas seguras", em parceria com os Bombeiros de Palmela e a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo. Procedeu-se, também, à instalação do Conselho Municipal de Segurança para o mandato 2021-2025.

O apoio às famílias refugiadas da guerra na Ucrânia tem mobilizado fortemente o Município e as suas equipas, que encetaram, de imediato, contactos com a comunidade ucraniana residente no Concelho, para acompanhar a evolução da situação e responder às necessidades. Este trabalho teve várias frentes, desde logo, o desenvolvimento de uma campanha de recolha de bens e sua remessa para a Polónia, e a preparação do Centro de Acolhimento de Emergência. O Município tem desenvolvido, também, múltiplas diligências junto das pessoas refugiadas que já se encontram no Concelho, ao nível de apoio alimentar, alojamento (em articulação com agentes locais e voluntárias/os), integração (escola, emprego, cursos de português para pessoas estrangeiras) e de apoio na obtenção de informações ou documentação, através do atendimento regular, e também itinerante (com recurso à Unidade Móvel de Saúde) do Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes.

Internamente, o Município continuou a lançar procedimentos concursais para reforço das equipas, registando-se sete sessões de acolhimento para igual número de novas/os trabalhadoras/es, e relançou o programa "Mexa-se bem no trabalho", criado por proposta das/os trabalhadoras/es na "Caixa de Ideias", tendo-se realizado 81 sessões.

Procedeu-se, neste período, à alteração de posicionamentos remuneratórios das/os trabalhadoras/es abrangidas/os pelo regime obrigatório ou por opção gestionária. Na área da Formação, que somou 1.453 horas, em modelo presencial ou à distância, são de relevar a a sessão para dirigentes, sob o tema "A tomada de decisão em contexto de liderança" e a implementação do projeto formativo "Boas práticas em matéria de bem-estar animal", com uma forte componente *on job*, que irá decorrer ao longo do ano, para capacitação técnica da equipa do Centro de Recolha Oficial de Animais (CROA). Ao nível da qualidade, procedeu-se à elaboração e apresentação interna do projeto de implementação de um sistema de Gestão da Qualidade no Município e da versão preliminar do Mapa de Processos.

É de realçar o amplo trabalho preparatório e a reunião de apresentação e boas-vindas, com vista à integração de 296 assistentes técnicas/os e assistentes operacionais das escolas, no âmbito do processo de transferência de competências da Administração Central para a Autarquia, na área da Educação. Sublinham-se, igualmente, diversas reuniões com as direções dos Agrupamentos de Escolas e Escolas Secundárias e com o representante da tutela, para afinar o novo modelo de gestão. No que respeita à área da Saúde, foram realizadas visitas com responsáveis do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) da Arrábida aos sete imóveis a transferir para o Município, para aferir o seu atual estado de conservação e esclarecer dúvidas. Apesar da prorrogação da transferência de competências na área Social para 1 de janeiro de 2023, o Município continua a trabalhar empenhadamente no processo e na busca de soluções que permitam uma transição tranquila e sem transtornos para as populações e para a rede social, tendo participado numa ação de formação sobre o tema, promovida pelo Instituto da Segurança Social.

O alívio das restrições foi particularmente importante no retomar dos processos de participação cidadã que fazem parte do ADN do Município de Palmela. São exemplo a Reunião Geral de Trabalhadoras/es amplamente participada, com sessões presenciais e *on-line*, a votação das propostas relativas à segunda fase do "Eu

Participo!" Munícipes 2021 e o regresso das Semanas das Freguesias, dedicadas ao Pinhal Novo, em fevereiro, e à Quinta do Anjo, em março. O trabalho vocacionado para o público infanto-juvenil manteve as suas dinâmicas nas escolas e no relacionamento com a comunidade. No âmbito do protocolo estabelecido com a Escola Superior de Educação de Lisboa, teve início a ação de formação "Educação em direitos e em cidadania democrática na escola" para docentes do pré-escolar e dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico das escolas do Concelho.

Com diversas ações de beneficiação e conservação de edifícios e equipamentos escolares concluídas ou a decorrer, nos meses em apreço, destaca-se a abertura de concursos para reforço estrutural da cobertura da EB Brejos do Assa e para ensombramento da EB Bairro Alentejano. Foi promovida a apresentação do módulo informático EPE – Escola e Parque Escolar, que visa reforçar e agilizar a comunicação entre o Município, as Juntas de Freguesia e as Escolas, no que respeita à necessidade e realização de pequenas reparações e intervenções de conservação. Regista-se, ainda, neste período, o regresso do projeto "Aprender a Nadar", depois da interrupção motivada pela pandemia, e a cerimónia de entrega das Bolsas de Estudo do presente ano letivo.

A operação PRIA – Percursos em Rede para a Inclusão Ativa, cofinanciada pelo Fundo Social Europeu (com um orçamento superior a meio milhão de euros e execução a 100%) proporcionou um conjunto de novos recursos ao território, nomeadamente, a Unidade Móvel de Saúde, o Serviço de Teleassistência, a Pista de *Check-up* de Quinta do Anjo e várias atividades dirigidas às pessoas 55+. A atividade intermunicipal "Arrábida no Coração", em Quinta do Anjo, e o colóquio "Intervenção terapêutica em contexto institucional – Idade +" marcaram a conclusão oficial da operação. Neste período, realizou-se a primeira distribuição do ano do Cabaz Solidário Saudável, que beneficiou 425 munícipes, e procedeu-se, também, à apresentação do projeto de voluntariado "Dar que falar" e à receção de inscrições de pessoas interessadas em voluntariar-se ou em beneficiar das ações.

A aquisição de seis fogos para reabilitação e posterior atribuição em regime de renda apoiada foi mais um passo na prossecução da Estratégia Local de Habitação. No Centro Histórico de Palmela, enquanto continuam a decorrer as obras de recuperação do Salão Nobre dos Paços do Concelho, da Capela de S. João Baptista e do antigo edifício da GNR, deu-se início, também, à reparação do muro "namoradeiro" do Largo de S. João. No âmbito do trabalho de acompanhamento contínuo dos processos de reconversão das Áreas Urbanas de Génese Ilegal, prestou-se apoio ao registo do alvará de loteamento da AUGI Quinta das Marquesas I – III e lançou-se o projeto "O nome da minha rua" para atribuição de 100 topónimos naquela área. Na urbanização Val'Flores, em Pinhal Novo, foram retomados os trabalhos para conclusão ou retificação de infraestruturas elétricas e encontrava-se em conclusão a empreitada de construção do Sistema Elevatório de Águas Residuais Domésticas na Quinta dos Farias, na mesma freguesia. Entretanto, decorre a empreitada de infraestruturação geral desta urbanização.

Continuam trabalhos em diversas frentes, com vista à Regularização da Ribeira da Salgueirinha, sendo de sublinhar a reabertura da EN252, e avançou a infraestruturação da Rua 1.º de Maio, na Quinta do Sobral e Canastra (Terrim), e a segunda fase da Lagoinha. Foram lançados concursos para a construção do Sistema Elevatório de Águas Residuais Domésticas da Rua da Uva Moscatel, em Vale da Vila (Pinhal Novo), e para a rede de drenagem de esgotos domésticos ao longo da EN 379-2 (Lagoinha). Em conclusão, a empreitada de "Controlo de perdas de água no sistema de abastecimento da vila de Palmela".

No que respeita à qualificação da rede viária municipal, concluíram-se, nos meses em apreço, a pavimentação do Aceiro do Miranda (Pinhal Novo) e da Rua de São Pedro (Venda do Alcaide) e o prolongamento da Rua do Ribatejo, em Brejos Carreteiros (Quinta do Anjo), encontrando-se outras importantes empreitadas a decorrer.

A constante melhoria do espaço público tem sido uma prioridade do Município, com vista a uma imagem urbana mais cuidada e atrativa, melhores condições para usufruto e maior sustentabilidade e adequação aos novos usos e necessidades. Nesse sentido, concluíram-se as empreitadas de requalificação do Largo da Mitra (Pinhal Novo) e do Largo Dr. Melo e Castro (Jardim de Cabanas), este último dotado de um Espaço de Jogo e Recreio inclusivo. Deu-se início à criação de um parque de estacionamento na Rua Orlando Ribeiro (Pinhal Novo) e respetivo enquadramento paisagístico, e lançaram-se concursos relativos ao parque de estacionamento a criar na Rua Manuel Caetano (Quinta do Anjo) e ao Jardim Ferreira da Costa (Venda do Alcaide)

O reforço da estrutura arbórea do Concelho, com espécies mais adaptadas ao nosso clima, é um objetivo permanente da Autarquia, que assinalou o Dia Mundial da Floresta com a plantação de árvores autóctones em espaço público, envolvendo as escolas e a comunidade. Destaque para a plantação de 200 árvores, com a participação de 50 alunas/os do Centro de Estudos Geográficos do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, e para a atribuição de exemplares a famílias, para plantação nos seus terrenos ou futuras ações de "apadrinhamento" em espaço público. As equipas municipais continuam fortemente envolvidas na construção do Plano Local de Adaptação às Alterações Climáticas para o território Arrábida e coorganizaram iniciativas de apresentação dos primeiros resultados, capacitação técnico-política e envolvimento de agentes locais.

Enquanto decorre a reconversão do antigo canil em sala de cirurgia e alojamento de felídeos do CROA, realizou-se a primeira campanha de esterilização CED (Captura, Esterilização e Devolução) de gatos das colónias do Concelho, num total de 42 animais. No Cemitério de Palmela, concluiu-se a remodelação da Alameda, com substituição dos cedros.

Sem descurar a responsabilidade e a segurança, foi possível regressar, neste período, ao contacto mais intenso com as populações, agentes locais e públicos dos equipamentos culturais e desportivos do Concelho. O 18.º Curso sobre Ordens Militares, sob o tema "D. Jorge: o homem e a época", registou forte interesse e incluiu o lançamento das Atas do VIII Encontro sobre Ordens Militares, no seguimento da política municipal de produção bibliográfica sobre o tema. A exposição "De Palmela ao Poceirão. Uma viagem arqueológica" continuou em itinerância pelo Concelho e passou pelo Mercado Municipal de Pinhal Novo e pela Biblioteca Municipal de Pinhal Novo e, de igual modo, a exposição "Álbum de Família" esteve patente na EB António Matos Fortuna (Quinta do Anjo). Na Igreja de Santiago, no Castelo, concluiu-se a instalação da nova iluminação.

A promoção do livro e da leitura é um objetivo transversal do Município, no âmbito do trabalho desenvolvido pela Rede Municipal de Bibliotecas Públicas. Do projeto "Nós, um livro e uma história", com sessões de leitura em voz alta para o público escolar, à "Hora do Conto *on-line*" nas redes sociais municipais (com tradução para Língua Gestual Portuguesa), passando pela "Hora do Conto para Famílias" nas Bibliotecas Municipais e espaços museológicos e a disponibilização dos "Sacos de contos", com recursos lúdico-didáticos para empréstimo, são muitas as propostas para aproximar os públicos e a literatura. Doze alunas/os passaram à fase intermunicipal do Concurso Nacional de Leitura, na sequência das provas realizadas na fase municipal, que contou com 44 participantes.

No campo cultural, as comemorações do Dia Mundial do Teatro ocupam lugar de destaque, com dezasseis ações, em todas as freguesias e vários espetáculos em estreia pelos grupos de teatro locais. O programa culminou com a renomeação do Auditório Municipal de Pinhal Novo, numa homenagem póstuma a Rui Guerreiro. O Cine-Teatro S. João acolheu uma residência artística do criador e intérprete José Lobo, com estreia do espetáculo "Dar o corpo ao manifesto", e a programação de cinema continua a crescer e a atrair novos públicos, sendo de referir a extensão do Festival de Cinema no Feminino "Olhares do Mediterrâneo" em Pinhal Novo. No Centro Cultural de Poceirão, a Noite de Serenatas continua a ser uma referência e retomou, este ano, o formato presencial, com muita animação.

A 27.ª edição do "Março a Partir" também retomou a forte dinâmica que o caracteriza, com mais de meia centena de atividades em áreas diversas, promovidas em parceria com 31 associações juvenis, grupos informais de jovens e outras entidades que trabalham com esta faixa etária, para assinalar o Dia Nacional do Estudante e o Dia Nacional da Juventude. Na abertura oficial do programa, foram lançadas as novas presenças "Palmela Juventude Interativa" no *Facebook* e no *Instagram*.

Os meses em apreço foram particularmente ricos no que respeita a novos equipamentos de caráter lúdico e desportivo e, além do EJR inclusivo integrado no já referido Jardim de Cabanas, o Município concluiu a empreitada de reabilitação do Polidesportivo José Maria dos Santos, abriu o primeiro Centro de Marcha e Corrida do Concelho, em Pinhal Novo (apadrinhado pelo atleta olímpico Pedro Pichardo), e inaugurou o Pavilhão Municipal José Silvério, na sequência da requalificação do antigo polidesportivo descoberto de Poceirão, fruto de uma candidatura ao POR Lisboa 2020 (PEDU-PAICD). Entre as atividades promovidas, destaca-se a 5.ª edição da Clássica da Arrábida, prova de ciclismo de estrada que continua a afirmar-se no calendário internacional e registou a participação de 133 ciclistas profissionais, de equipas nacionais e

estrangeiras, numa organização conjunta com a Federação Portuguesa de Ciclismo e os Municípios de Sesimbra e Setúbal.

Encontrava-se executada em 60% a empreitada de substituição de luminárias obsoletas por LED e suporte de rede *LoRaWan* - infraestrutura inicial para a construção de uma verdadeira *Smart City* – no âmbito do novo contrato de gestão de eficiência energética.

O levantamento de restrições cria esperança na ambicionada retoma turística e económica e permitiu, já, o regresso dos grandes certames promocionais. A participação na 6.ª Mostra Silves – Capital da Laranja, no âmbito do protocolo de cooperação, na *FINE #Wine Tourism Expo*, em Valladolid, Espanha (através da Rota de Vinhos da Península de Setúbal) e na BTL – Feira Internacional de Turismo permitiram o contacto com visitantes e profissionais do setor de vários pontos do mundo, constituindo-se como momentos de enorme riqueza, no que respeita à promoção do território e da sua oferta, dos seus produtos e do calendário de eventos 2022. O turismo de natureza é um produto cada vez mais procurado e o Concelho conta com condições excecionais, o que ficou comprovado com o sucesso da segunda edição do festival de caminhadas *Arrábida Walking Festival*, dedicado, este ano, à flora da Arrábida e com vários programas complementares, incluindo um percurso sensorial para pessoas com deficiência visual.

"Empreendedorismo e trabalho em rede: desafios e oportunidades" foi o mote para mais um encontro da *Enterprise Europe Network em* Palmela, com a participação da Associação Industrial Portuguesa/Câmara de Comércio e Indústria, o Centro *Europe Direct* da AML e o Madan Parque de Ciência e Tecnologia, num momento muito importante de trabalho em rede para as nossas empresas, que conheceram novas oportunidades de negócio e de apoio.

A realização, em Palmela, da Conferência Nacional do Consumidor, em parceria com a Direção-Geral do Consumidor, refletiu o interesse sobre o tema e a qualidade do trabalho desenvolvido pelo Município nesta área. Deu-se início à Ação de Formação Inicial em Direito do Consumo, que decorrerá ao longo do ano para capacitar as equipas técnicas das Juntas de Freguesia e IPSS do Concelho, e realizou-se uma sessão de formação sobre "A Lei do consumidor e o sistema de defesa do consumidor em Portugal", na Escola Secundária de Pinhal Novo, destinada ao público juvenil.

No âmbito do Plano Metropolitano de Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas da AML, enquadrado pelo PRR, foi possível captar um financiamento de cerca de 6,6 M€, a aplicar nas freguesias de Poceirão e Marateca até 2025 (financiamento a 100%, IVA não elegível). Com um prazo muito limitado para apresentação de uma candidatura, o Município não prescindiu, ainda assim, de reunir com as populações e agentes locais para recolher contributos e recensear necessidades. O "Fórum Comunidades Poceirão Marateca" decorreu em três sessões e conduziu à construção da Estratégia de Desenvolvimento Integrado da Operação Integrada da União das Freguesias de Poceirão Marateca. Ambiente, emprego e economia, cultura e criatividade, educação, cidadania, saúde e social são os eixos de intervenção previstos, num total de cerca de sete dezenas de ações. Entretanto, o Município celebrou um acordo de compromisso com a União das Freguesias de Poceirão e Marateca e dez entidades parceiras locais para a concretização da Operação, e assinou, já, o contrato com a AML, entidade coordenadora do plano. Trata-se de mais um importante passo na busca permanentemente das melhores soluções e de oportunidades de financiamento, que permitam continuar a alavancar os níveis de desenvolvimento deste território.

Disse Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Sr. Presidente.

Intervenções dos diferentes grupos, neste ponto da ordem de trabalhos informação do Sr. Presidente de câmara.

Mais alguma intervenção?

Muito bem, Rui Valente do Chega."

O **Sr. Rui Valente do CH:**

"Peço desculpa, Sr. Presidente, a minha intervenção será no próximo ponto."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Patricia Valente, PS."

A **Sra. Patricia Valente do PS:**

"Muito obrigada.

Em relação a este documento eu vou-me referir aqui à parte da juventude. Na questão do Dia Nacional do estudante foi celebrado no dia vinte e quatro de março, foi promovido e bem o encontro online "*Participar*". Consta neste documento que o objetivo foi estabelecer uma conversa com jovens acerca do associativismo estudantil, meios de comunicação com os e as estudantes realçando a importância da existência de associações de estudantes para articulação de atividade com o município e com as associações juvenis. Como referi este encontro foi promovido e bem fala-se de meios de comunicação com os jovens estudantes é uma ferramenta fulcral para inclui-los e para os motivar a participar mais na vida política local, mas ao analisarmos o documento notamos que os esforços para promover a participação destes jovens foram insuficientes. O documento está pobre, falta incluir assuntos como direitos "*LGBTQI*" mais questões de pobreza menstrual nas escolas, questões de género de forma mais aprofundada, falta a saúde mental dos jovens, sexualidade entre outros ações que constituem um conjunto de setores que interessam aos nossos jovens e que até aqui não tiveram a necessária e devida visibilidade é de reforçar que quando toca estas questões tem que haver diversidade dos temas e nas ações, para que possamos dar uma melhor resposta aos jovens.

A articulação de atividade que o município é insuficiente, eu vou dar um exemplo concreto e que aconteceu recentemente, alguns organismos que têm legalmente direito a estar presente nos conselhos municipais de juventude não foram convocados oficialmente e como consequência, não receberam a informação e documentação necessária que deveriam ter recebido para que estivessem preparados para debater e para votar este documento no último Conselho Municipal de juventude, mas queremos frisar que, neste caso não foi feito tudo o que deveria ter sido feito de forma, a que a informação correta e oficial chegasse a quem de direito os esforços não foram suficientes num assunto tão importante para todos os jovens de Palmela e para garantir o direito a estar presente nestas reuniões a quem tem direito, e a quem quer estar lá, no local que é indispensável para a representação de jovens de Palmela. Queremos também frisar que uma simples nota de informação para os partidos que têm assento na Assembleia da República a pedir indicação das juventudes partidárias não é suficiente e nestes assuntos não devem ser poupados esforços de forma, a que todos recebam de forma justa, a convocatória e as informações necessárias. Nós gostaríamos que daqui para a frente situações como estas não voltasse a acontecer, que as questões que dizem respeito aos jovens que fossem levadas com mais rigor, com mais seriedade e respeito para que os direitos democráticos dos e das jovens do nosso concelho e de quem os representa nunca sejam postos em causa."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Mais alguma intervenção sobre o relatório apresentado?

Não havendo Sr. Presidente faz favor."

O **Sr. Presidente de Câmara:**

"Senhora membro da Assembleia Patrícia Valente, relativamente ao relatório de atividade e do que diz respeito a essa atividade concreta sobre o Dia da Juventude, eu quero recordar que aqui o município não tem

uma atitude de tutela, têm naturalmente a responsabilidade de dinamizar as discussões, os temos, mas não quer ter uma atitude de tutela sobre os jovens dizendo-lhes aquilo que eles querem fazer, ou discutir no âmbito destas efemérides. O programa do "*Março a Partir*" é isso que damos conta neste relatório, foi construída coletivamente por várias associações e vários grupos de jovens e até diversas representações políticas tiveram oportunidade de construir o programa e debater os assuntos que entenderam. Os jovens são proponentes dos temas a tratar no âmbito desta atividade que poderemos induzir poderemos dinamizar etc, fá-lo-emos certamente com a participação, não apenas na formalidade de um órgão, o Conselho Municipal de juventude, mas noutros fóruns, porque também fazemos fóruns de discussão com os jovens nas escolas e objetivamente não queremos contrariá-los e colocá-los a discutir aquilo que eles não querem discutir ou que preferem discutir noutra área, essa é a mesma coisa que um pai quer dizer ao filho, quais são os assuntos que lhe devem interessar têm que ser eles a apontar as matérias querem discutir.

Depois sobre esta referência seriedade e respeito, peço desculpa, mas acho que é despropositada porque os jovens são tratados com seriedade e respeito e aquilo que aconteceu na sua visão eventual menor diligência de pro-atividade da convocatória dos membros ou da indigitação dos membros, ao funcionamento da Comissão Municipal de juventude aconteceu como aconteceu todos os anos e é aquilo que decorre da lei, então porque é que, por exemplo, o Bloco de Esquerda o seu grupo parlamentar indicou, porque é que os outros partidos não indicaram, se calhar, temos é que puxar as orelhas aos partidos, porque o canal sempre foi esse, mas estou de acordo, que podemos tentar outros, mas quero dizer-lhe que não nos sentimos responsáveis pela falta de resposta dos partidos e pela via que sempre foi utilizada porque, no passado foram indicados por essa via e se isso agora não aconteceu segundo me foi contado o episódio que foi discutido no Conselho Municipal de juventude, eu penso que não se pode aqui responsabilizar o executivo municipal por causa disso agora, se os membros do Conselho são quem manda, e é dali quem manda o seu poder, os seus parecer, acharem que devem ser feitas outras diligências, estamos disponíveis para fazer, porque os serviços de juventude do município e outos operacionalizarão esses contactos e garanto-lhe que fá-lo-emos porque eu pretendo saber objetivamente o que é que aconteceu, Sra. Vereadora contou, quero saber objetivamente o que é que aconteceu para que, de facto, não tenham estado presentes ou não tenham indigitado quem, aliás, esta matéria teoricamente e é muito interessante, mas repare, já noutro concelho, nomeadamente o de educação não conseguimos ter ainda os representantes das associações juvenis, isto não é fácil há é uns mais organizados.

Estudantes não conseguiram ainda juntar-se eleger o seu representante são processos, enfim, de facto, eu garanto-lhe eu preferia a informalidade dos anteriores conselhos municipais de juventude sabe porquê, porque não estavam cá preocupados com uma o fac-símile, uma limitação daquilo que é a Assembleia da República e que são os partidos com representação parlamentar eram participações mais genuínas das associações juvenis dos movimentos informais e isso começou em Palmela, muitos anos e foi muito gratificante e foi daí que surgiu um movimento que nunca mais conseguimos, porque é mais cidadania e menos tecnocracia de representação institucional com todo o respeito que tenho pelas juventudes partidárias que também lá militei e também lá me formei e aprendi muito agora, creio que este formato de Conselho Municipal de juventude foi muito institucionalizado e valorizado, matou um matou essa cidadania essa dinâmica, quando os próprios partidos recebem comunicações e não respondem, portanto, há aqui qualquer coisa que está mal, mas vamos procurar afinar. Estamos disponíveis para integrar todas as propostas no âmbito das intervenções das iniciativas a desenvolver pelo nosso Gabinete de Juventude."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Sr. Presidente.

Patricia por favor só um, roda pé."

A **Sra. Patrícia Valente do PS:**

"Eu gostaria só de reforçar que ninguém falou em tutelas nem por temas a discutir aos jovens, mas se nós formos falar com eles estes assuntos e outros que aqui foram mencionados são no seu interesse e tem vindo até ganhar bastante destaque na nossa sociedade, para os jovens e a forma de desdém que o Sr. Presidente

agora falou em dizer que "*Ah! Dantes era mais informal, agora estamos muito preocupados*" e quando eu falei em seriedade, era exatamente isso que eu estava a referir ontem aconteceu exatamente a mesma coisa, nós não achamos a forma correta de tratar o Conselho Municipal de Juventude, nós queremos levar isto a sério como tem sido levado tudo muito bem, mas nós queremos levar isto mesmo a sério, queremos ser ouvidos e respeitados e não acho justo a forma como indicam "*Ah! Mas antigamente não era tão formal e funciona, era mais natural*" eu, acho que não está sequer a respeitar os jovens daí ter falado anteriormente na questão de levar o assunto de forma mais séria, não estou a dizer que não era levado de forma séria, mas levado de forma mais séria e de forma mais respeitosa aos jovens.

Obrigada."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Não há mais nenhuma intervenção, Ricardo Marques se faz favor, agradecia que fosse o mais breve possível, estamos no ponto, um."

O **Sr. Ricardo Marques do PS:**

"Muito obrigado, na pessoa do Sr. Presidente cumprimento todas e todos os presentes nesta Assembleia.

No relatório de atividades, surge aqui uma questão sobre a modernização e desmaterialização para a implementação dos procedimentos urbanísticos nos serviços online, a minha questão é como cidadão curioso e entrei nos serviços online da Câmara e se efetivamente vamos caminhar para o século XXI, na introdução dos serviços online os processos urbanísticos como, por exemplo, já existe para a água e para os procedimentos só vamos manter-nos aqui no envio e nos formulários como existia no site da Câmara Municipal pelos formulários e depois reencaminhada novamente por email, se efetivamente teremos aqui um procedimento online de entrega e acompanhamento do processo urbanístico. Hoje ouvimos aqui pessoas também sobre questões urbanísticas e que, às vezes poderia existir aqui uma comunicação mais célere através dos serviços online na entrega e no acompanhamento muito mais ao momento, digamos assim do todo o processo quando se entregou e essa minha questão é se efetivamente neste percurso e nesta modernização seja esse o caminho que vamos levar.

Disse muito obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Sr. Presidente se faz favor."

O **Sr. Presidente de Câmara:**

"Senhor membro da assembleia, se ler com mais atenção e detalhe estes relatórios, este também menciona isso mas os anteriores também já deveriam ser do seu conhecimento que estamos num processo, aliás, já adjudicámos uma plataforma na lógica do *"now papper"*, para entrega desmaterializada a qualquer hora do dia e em qualquer ponto do mundo da instrução processual que vai, naturalmente simplificar muito a vida dos requerentes, mas vai também defender melhor os serviços municipais de atendimento, porque hoje oitenta e seis por cento dos processos padecem de problemas, logo na instrução mesmo antes de chegar ao saneamento, que é outra questão logo a seguir e, portanto, com essa plataforma na qual estamos a trabalhar já adquirimos a empresa temos um grupo de trabalho interno, porque a engenheiria dos processos, a situação, workflow a atuação dos procedimentos leva o seu tempo e com a empresa a quem adjudicámos essa plataforma e com os nossos serviços, estamos a trabalhar no sentido de ter essa plataforma a funcionar ainda este ano. De resto, dar-lhe nota também que o número de serviços online cresceu nos últimos anos e o

número de aderentes subscritores e de utilizadores desses serviços também teve um número muito significativo."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Sr. Presidente.

Ficamos por aqui no ponto, um.

Ponto dois, Prestação de Contas de dois mil e vinte e um.

Só uma nota por favor os documentos foram entregues, agradeço pois, se cingiram claramente a questões objetivas sem assim o entenderem para o Sr. Presidente responder, obrigado."

PONTO DOIS – Prestação de Contas 2021

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado, também vou procurar saltar aqui algumas questões da introdução e da proposta, recordando trata-se da prestação de contas que foi feita de acordo com todas as obrigações legais aplicáveis e com rigor e detalhe exigíveis para uma adequada compreensão dos resultados económicos e financeiros obtidos, bem como, das atividades desenvolvidas pelos serviços municipais no decurso do ano.

Em termos financeiros a Prestação de Contas 2021 reflete a consolidação da tendência de crescimento da receita municipal iniciada em 2015 (com uma ligeira quebra em 2016), e cujo ritmo e fundamentos se previram no «Relatório de Enquadramento da Política Orçamental», inscrito na Proposta de Orçamento 2021 e GOP 2021-2025, embora o valor arrecadado no ano 2021 – 63,1 milhões de euros – cerca de 12,9 milhões de euros superior ao do ano anterior, tenha excedido as estimativas e projeções mais otimistas. Este crescimento inesperado da receita fica a dever-se à conjugação de três fatores de natureza conjuntural: aumento do valor de utilização dos empréstimos contraídos (mais 5,8 milhões de euros), cobrança de taxas relativas ao licenciamento da AUGI da Quinta da Torre e Marquesas I e III (mas 4,8 milhões de euros), e aumento expressivo do Imposto Municipal de Transações (mais 2,5 milhões de euros).

O valor das receitas próprias (sem PIDDAC, Fundos Comunitários e Empréstimos) foi de 54,8 milhões de euros em 2021, verificando-se um crescimento de cerca de 9 milhões euros em relação ao registado em 2020. Este crescimento das receitas próprias deve-se aos já referidos aumentos das taxas de licenciamento e do IMT, e ainda da venda de bens e serviços.

Se excluirmos as receitas dos empréstimos e o acréscimo verificado nas taxas e licenças, o crescimento da receita municipal global situar-se-ia nos 2,3 milhões de euros.

Os Impostos Diretos apresentam um valor de 25,4 milhões de euros e assumem, no seu conjunto, o maior peso, representando 40,3% do total da receita arrecadada. Em termos absolutos verificou-se um acréscimo de cerca de 1,9 milhões euros, relativamente ao ano 2020.

Os Impostos Indiretos apresentam uma evolução negativa (- 64,6%) em comparação com o valor arrecadado no ano 2020. O decréscimo registado (- 441 mil euros) decorre do facto desta receita passar a ser considerada nas Taxas, Coimas e Penalidades. O valor arrecadado é relativo a guias de receita emitidas em 2020 e cujo recebimento em 2021 teve ainda de ser registado neste capítulo, de modo a permitir a submissão dos mapas do SISAL (Sistema de Informação para o Subsetor da Administração Local).

As Taxas, Coimas e Penalidades apresentam um acréscimo de 743,7%, (+6,4 milhões de euros) em comparação com o valor de 2020, em resultado, em grande parte, da receita proveniente do pagamento das licenças para emissão do alvará da Administração Conjunta da AUGI da Quinta da Torre – Marquesas I e III (4,8 milhões de euros).

A Venda de Bens e Serviços Correntes apresenta um aumento de 9,3% (+941 mil euros).

As Transferências Correntes apresentam um acréscimo de 7,9% (+807 mil euros).

Em termos orçamentais, na ótica de caixa, verificou-se uma receita de cerca de 63,1 milhões de euros e uma despesa de cerca de 57 milhões de euros, pelo que se obteve um saldo orçamental de cerca de 6,1 milhões de euros a que acresce o saldo transitado de 2020 no valor de cerca de 10,6 milhões de euros, transitando para 2022 um saldo de 16,7 milhões de euros.

A taxa de execução da receita situou-se nos 109%, pelos motivos antes enunciados.

No capítulo da despesa foram efetuados pagamentos no valor de 57 milhões de euros, mais 13,8% que no ano 2020, dos quais 34,3 milhões de euros afetos diretamente às Grandes Opções do Plano, ou seja, mais de metade do valor da despesa total paga é imputada às Grandes Opções do Plano. A taxa de execução de pagamentos foi de 83,3%.

As despesas com pessoal, no valor de 20,9 milhões de euros, sofreram um acréscimo de 5,2% comparativamente com o ano anterior e remuneraram um total de 947 trabalhadores (mais 25 do que em 2020).

A Aquisição de Bens de Capital, registou um considerável acréscimo de 47,5% (em termos absolutos, +4,2 milhões de euros) o que representa o melhor valor em termos absolutos no quadriénio (13,1 milhões de euros).

A rubrica de Aquisição de Bens e Serviços, com pagamentos no valor de 16 milhões de euros, aumenta 13,5% em 2021 (+1,9 milhões de euros) comparativamente ao ano 2020. Este aumento é resultante, no fundamental, do desenvolvimento da atividade municipal em virtude do alívio das restrições da pandemia: no setor educativo (alimentação escolar, transportes escolares, prolongamento de horários); na cultura e desporto (mais atividade, nomeadamente com a execução de várias candidaturas, MURAL 18, Cultura para Todos). Acresce ainda o aumento da despesa nas áreas da higiene e limpeza urbana e conservação dos espaços verdes e zonas públicas.

As receitas correntes foram superiores ao somatório das despesas correntes com a amortização média dos empréstimos de médio e longo prazo, dando cumprimento ao equilíbrio orçamental estabelecido na Lei das Finanças Locais.

No final de 2021, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso), de um total de 1,902 milhões de euros, não existe qualquer valor de faturas em atraso, correspondendo 1,162 milhões de euros ao valor das faturas em receção e conferência e o valor restante é referente a faturas cujo pagamento será efetuado nos prazos normais.

À mesma data, estavam por receber de dívidas ao Município cerca de 4,9 milhões de euros, porque estamos ainda na origem de questões mais financeiras, fazer aqui uma relação entre despesa e produtividade e queria aqui dar-vos nota de dois aspetos que estão sempre debaixo de grande escrutínio e de observação de todos os membros da Assembleia e não só tem que ver com o grau de eficiência que é medido através da capacidade para realizar os objetivos ao menor custo. O que foi obtido através da relação entre a despesa associada às GOP e a despesa global e este indicador em 2021 apresenta uma taxa de 60,2 por cento, o que significa que mais de metade do valor da despesa total paga é imputada diretamente às Grandes Opções do Plano, isto tem que ver com os rácios de eficiência.

O rácio de produtividade que é medido através do rácio das despesas com as GOP e os meios consumidos com trabalhadoras e trabalhadores, este indicador apresenta um considerável aumento em 2021, na medida em que passou para terem uma ideia em 2018 era 129 por cento em 2021 163,7 por cento, isto é, por cada 100 euros gastos com pessoal foram despendidos cerca de 164 euros em naturalmente atividade.

O relatório senhoras e senhores membros da Assembleia é, de facto, um documento meritório, exemplar, esforço dos nossos serviços que procuram compilar, muitas vezes resumir e nem sempre de forma muito equilibrada, porque há serviços que são mais detalhados do que outros a informação de tudo aquilo que foi possível projetar, assumir e executar durante o ano.

Nós apesar dos constrangimentos impostos pela covid as nossas equipas e os nossos trabalhadores conseguiram ainda com responsabilidade e segurança desenvolver muito trabalho, não deixar os serviços municipais pararem, dar respostas serviço publico à nossa comunidade e promover também um conjunto de realizações e de eventos e de apoios que foram de enorme importância mesmo em momentos difíceis da

pandemia para empresas, para agentes culturais, desportivos e turísticos e também obviamente, para a autoestima e ânimo das populações e para a notoriedade do território, os seus produtos, projetos e festividades.

Tivemos internamente muito focados em aspetos da formação, em aspetos de transição digital na capacitação das equipas e na melhoria das suas condições de trabalho, procurámos com critérios muito apurados apostar no recrutamento de pessoal na valorização das carreiras, na renovação do parque de equipamentos e viaturas foi um ano importante, mas temos objetivos para este ano ainda mais ambiciosos na eficiência energética, na beneficiação das instalações, nas ações de formação, foram na sua esmagadora maioria online no desenvolvimento de novos procedimentos e aplicações conducentes à qualificação do serviço.

Depois os objetivos desenvolvimento sustentável da agenda 2030 nortearam as várias intervenções e atividades da nossa organização, seja por conta própria, seja naquilo que diz respeito ao envolvimento com as parcerias locais, em domínios sobretudo atinentes à sustentabilidade, à cooperação, à solidariedade e à paz.

Há aqui que referir também o facto de no ano passado, o município ter sido distinguido como município do ano da área metropolitana de Lisboa e galardoado com a Bandeira de Cidades e Vilas de Excelência nível 4 e também com a Bandeira de Autarquia mais Familiarmente Responsável, portanto, o município manteve o caminho de boas contas, transparência, alívio fiscal e concretização e viu a sua atratividade confirmada pelos Censos 2021 como o 3º município nacional que mais cresceu na última década, acolhendo já perto de 69 mil habitantes.

Na área da qualidade e modernização e do serviço público, há um forte investimento em TIC, que foi mais de meio milhão de euros, a aposta na cibersegurança, esta questão da cibersegurança, da proteção de dados etc., das tais aplicações informáticas que estão implicar esta reengenharia de processos com destaque para o urbanismo, como aqui já falámos, mas também até nos próprios procedimentos concursais na área dos recursos humanos.

A própria reestruturação da página do serviço online, as migrações para novos portais, mais intuitivos, mais serviço informação, enfim, é um investimento permanente e estamos sempre a ser desafiados para novos upgrades.

Na área dos serviços operacionais e bibliotecas, vários investimentos de melhoria das condições de trabalho e conforto e também, naturalmente para o público.

Vou saltar aqui as questões dos trabalhadores reduzindo só que, para além de o posicionamento remuneratório por opção gestionária o município foi também dos primeiros a aplicar o subsídio de penosidade e insalubridade pelo nível máximo.

O número de novos trabalhadores que entraram na organização também consta no relatório, depois dizer-vos que, mesmo em contexto de pandemia mantiveram-se medidas de reforço de atendimento, nunca houve tantas chamadas telefónicas, nunca houve tantos atendimentos, também procuramos descentralizar criando atendimento específico para as águas aqui na biblioteca que era mais difícil haver recurso aos serviços e procurarmos respostas diversificadas e não obstante o esforço de atendimento mediado seja online, seja por telefone, o atendimento presencial é aquele que é sempre mais requerido e aquele que produz melhores resultados logo ali na hora.

Criámos também neste período o número de atendimento telefónico de apoio social "Em linha para Si", houve projetos adaptados ao contexto de pandemia e que felicito os nossos trabalhadores pela sua criatividade e ousadia, a biblioteca e sua casa num conjunto de programas de animação cultural desportiva e de amizades online são exemplos da criatividade, de facto, as nossas equipas.

Depois mesmo as semanas das freguesias procuramos fazer em formatos adaptados para não deixar de manter estes contactos mais próximos com as juntas e com os nossos cidadãos, o "Eu Participo!" também foi condicionado, teve a conclusão já no início de 2022, mas também o trabalho processo interno com os trabalhadores e os trabalhadores do município que registou boa adesão e nas escolas, os trabalhos feitos em educação e direitos de cidadania democrática tiveram que encontra também outras soluções, outros suportes e ainda bem, porque o projeto passou a ter visibilidade nos jornais, passou a ter publicações próprias que hoje são distribuídas por várias universidades e escolas superiores de educação e é também uma forma de as

crianças e dos nossos técnicos e professores darem visibilidade a um projeto pioneiro aqui no concelho de Palmela.

Obviamente tivemos muito focados no combate à covid, na prevenção, fizemos um esforço muito grande na área da saúde ocupacional, na medicina" do trabalho, mas, sobretudo, quero dizer-vos que se o concelho atingiu, de facto, excelentes níveis e percentagens de vacinação, devemo-lo naturalmente, aos nosso Serviço Nacional de Saúde, mas devemos muito também ao empenho das equipas municipais da Proteção Civil e de muitos outros serviços, porque houve trabalhadores e trabalhadoras de muitos outros serviços que formaram equipa no apoio ao funcionamento ações de vacinação descentralizadas, à vacinação no Centro de Vacinação, há vacinação em lares particulares, privados, IPSS, públicos, nas campanhas de testagem para a população. Também, já agora dizer noticiou-se aí muito que Loures tinha sido o município que tinha feito primeira ação de vacinação descentralizada, não é verdade, não é verdade, foi no concelho de Palmela e na União de freguesias de Marateca e Poceirão no Pavilhão Mário Bento, com o apoio da nossa Unidade Móvel de Saúde, isso foi reconhecido, pois com a "*ARSLVT - Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo*", e neste período para que a memória também não esqueça quando não tinha-mos testes ou quando era necessário comprar quando, enfim, e nosso governo não tinha tomado posse, aquela medida da testagem tínhamos direito a quatro testes rápidos.

Nesse período para ganhar aqui alguma segurança, tranquilidade e para permitir o retorno à atividade seja na cultura, seja no desporto, seja no turismo, o município também foi dos poucos no país que, em tempo recorde fez chegar milhares de testes e muito equipamento de proteção individual a vários agentes públicos, particulares e privados para retomarmos a vida normal, isto naqueles primeiros 6 meses do ano passado parece que já passou muito tempo.

Depois na área da Proteção Civil, temos sempre aqui que destacar o trabalho da prevenção contra incêndios limpeza de terrenos, limpeza dos caminhos florestais em colaboração com agentes da Proteção Civil, o apoio aos nossos bombeiros que têm vindo a ser reforçado quer do pagamento dos grupos de bombeiros permanente que hoje já são muitos mais, mas também das equipas de intervenção permanente que são também comparticipadas pelo município e, para além do apoio financeiro também para investimento, o que permitiu, enfim, se calhar das nossas associações de bombeiros não fechassem como algumas aqui da península tem estado, da península e do país com a problemas financeiros.

Nós queremos aqui destacar também um conjunto de medidas de dignificação e também de reconhecimento ao papel dos bombeiros com a entrada em vigor do regulamento foi aprovado pela Assembleia, naturalmente, um conjunto de benefícios sociais, e outros para, os nossos Bombeiros aquilo que é mais "*sound byte*" é a redução do IMI, mas foi possível pôr finalmente em funcionamento o Cartão Municipal do Bombeiro.

Investimentos, obras de requalificação no Parque escolar, nós vínhamos de um ciclo de cinco grandes novos centros escolares reabilitados, mas há sempre coisas a fazer e ainda assim foi o ano de tratamento dos lavradores do pré-escolar do 1º ciclo da Zeca Afonso, do próprio refeitório que foi ampliado estou a falar das obras assim centenas de milhares de euros, mas depois à centenas de outras intervenções mais pequenas, mas isto para dizer que o nosso extenso parque escolar é qualificado e permanentemente estamos a intervir para o manter em excelentes condições de conservação. Foi o município que assumiu a retirada das coberturas em fibrocimento da Hermenegildo Capelo e José Maria dos Santos a requalificação da cozinha e refeitório da básica da Lagoa da Palha, melhoria da cobertura e sanitários da básica José Saramago, no Poceirão, a cobertura Salgueiro Maia e muitas outras ações de reparação que ainda são de milhares e milhares de euros.

Depois, temos continuidade também à substituição do mobiliário escolar, quatro salas de pré-escolar, quatro refeitórios, treze salas de aula do 1º ciclo, apetrechámos várias escolas com material didático e equipamento desportivo. Ainda assim, com a pandemia conseguimos dinamizar o Fantasiarte, o Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar, terminou com o convívio também de receção à comunidade educativa, editámos o dia da oferta educativa, mais uma vez á que analisar a forma como os investimentos estão, digamos, tecnicamente, arrumados com algumas designações que depois não correspondem propriamente, mas grande parte do nosso apoio social às famílias e às crianças está também na área da educação, porque é lá que está arrumado nas rubricas, os cadernos de atividades, 2344 alunos da Rede Publica, as bolsas de estudo, ação social escolar, onde continuamos a ter discriminações positivas a pagar acima daquilo que a lei que a lei

define e pagar também os dois escalões pelo valor máximo e também facto, de termos mantido o acesso às refeições, mesmo em tempos de pandemia o acesso às refeições foram fornecidas em regime de "Take Way", a crianças e famílias, houve aqui sempre uma resposta muito cuidada nestas áreas.

Houve entrada em funcionamento da unidade móvel de saúde que, em bom rigor ainda não começou a fazer aquilo para o qual foi devidamente protocolada com a ARS, mas isso por, enfim, dificuldades dos profissionais de saúde de fazerem a sua parte, mas não esteve parado como foi percetível porque acabou por estar na prevenção à covid nos rastreios, mas teve também noutra das suas missões que é rastreios, diagnósticos, ações de sensibilização etc.

Celebrámos com ARSLVT, um protocolo com a afetação do terreno para a nova unidade de Saúde Familiar de Quinta do Anjo, penso que foi ontem que chegou o programa preliminar para começarmos a tratar do concurso, valeu a pena este compromisso é obra que vamos ter que desenvolver este mandato e depois se fizermos muito na área da saúde e do social há aqui um outro aspeto também na área dos idosos nós temos muito trabalho para um envelhecimento ativo saudável em todos os planos psicológico físico social, mas houve aqui mais uma vez, um envolvimento da autarquia ao nível da Saúde, assegurando a vacinação gratuita contra a gripe sazonal para os mais idosos que tem catorze farmácias para utentes do SNS com idade igual ou superior a 65 anos, isto é aquelas transferências encapotadas não vem dinheiro para isto, não é, à gente que anda aí a discutir umas coisas para não receberam as transferências, mas a pouco, e pouco, vamos entusiasmante com estes protocolos e vamos fazendo aquilo que competiria ao Serviço Nacional de Saúde, o ao Estado Central fazer, mas aqui achamos que valeu a pena.

Um conjunto de outras ações em parceria com várias entidades, mas os rastreios de promoção de saúde mental, da Liga Contra o Cancro, a inauguração da "Pista Chek-up" em Quinta Anjo, enfim, a estratégia Palmela maior uma estratégia para o envelhecimento ativo que é já de 21 a 25, o serviço de teleassistência consolidado criámos entretanto, regulamento, tendo em vista agora a sua ampliação, muita atividade também na área dos seniores, nos apoios sociais, apoios de emergência, às IPSS, mais de 50 mil euros, as refeições quentes em média, a cerca de 70 famílias, as 4 distribuições do cabaz solidário saudável à base de carne de aves que abrangeu 600 municípios, criação do Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes que já está a dar cartas, reforçámos também a equipa da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens não só com pessoal, mas também com melhoria de muitas ferramentas de trabalho, parque informático, apoio logístico etc.

Foi o ano de também da aprovação do "*Plano Municipal de Igualdade e Não Discriminação*" que tem e que o "*Horizonte de 2124*", a participação na edição do projeto europeu na corte fora de jogo Models, trabalho transversal em termos de acessibilidade, o "*PrArrábida*", o "*CAF-Castelo Acessível*", começámos também porque isto da inclusão não é apenas as questões da Mobilidade e da acessibilidade, temos que trabalhar outros domínios e temos vindo a experimentar com muito gosto, dá-nos, de facto, um gosto especial e aprendemos muito a integração da língua gestual portuguesa, a auto discrição em vários espetáculos e atividades do museu é uma prática que queremos generalizar há outras áreas. Houve um intenso trabalho também no Museu Municipal da rede de Bibliotecas, sempre também com esta visão de inclusão social e que procura responder a por públicos com necessidades também especiais.

No capítulo da habitação, o Fórum Social de Palmela, naturalmente, tinha que refletir sobre aquilo que era a notícia do momento, a nossa estratégia local de habitação e os desafios que temos agora, que o país tem, que as autarquias têm, que a cidadania e outros agentes tem na área da habitação em Palmela. Já iniciámos o trabalho de concretização de medidas estratégia local de habitação, há aqui uma grande mudança paradigmática no acesso a este direito basilar hoje no relatório destes meses já demos nota, estamos na fase de aquisição de fogos, mas estamos também já a lançar procedimentos, porque vai ser muita consultoria muita elaboração de projeto, vai ser uma corrida contra relógio num momento em que as obras não está fácil encontrar quem as faça bem, depressa, e a bom preço.

Na área do Urbanismo registou-se uma forte dinâmica é possível fazer-se a análise crítica muitas vezes de alguns problemas, de alguns desencontros, de algumas inércias, mas, sobretudo convido à reflexão sobre os números para se perceber que estamos de novo a lidar com uma quantidade de requerimentos processos de interações de coisas mal instruídas que andam demasiadas vezes para trás e para a frente que ultrapassa os números do dos anos de maior dinâmica no concelho.

Isto vale a pena fazer depois a leitura dos números e alguma comparação, o que não significa que enjeitemos também alguns problemas que vivemos com muitos técnicos de baixa, muita gente ausente, falta de recursos humanos também nesta área, temos sofrido alguma sangria e não é fácil recrutar, mas também aquilo que estamos a fazer em matéria de procedimentos que ainda só lá mais para a frente começará a dar outros resultados mais visíveis, mas houve, de facto, ainda assim muita coisa despachada e muita dinâmica.

No Centro Histórico de Palmela, nesta área foi também um mandato exemplar não há aí até dificuldades de resposta nem atrasos, mas há, sobretudo a registar um novo impulso na recuperação do edificado do Centro Histórico de Palmela e também nas outras áreas de reabilitação urbana.

Fizemos as jornadas de reabilitação urbana estas jornadas são sempre muito importantes, porque são momentos de informação, de partilha, de esclarecimento das oportunidades dos financiamentos, mas também dos procedimentos das técnicas dos materiais, de regulamentos e, de facto o entusiasmo foi tão grande que vamos já a realizar este ano outras porque técnicos, requerentes, cidadãos, investidores, toda a gente encontrou neste espaço informação relevante que, se calhar também ajudou a que o Centro Histórico tivesse melhores resultados na dinâmica e nos despachos.

Há aqui que referir a reabilitação urbana, aquilo que compete aos particulares e que o Estado Local também tem de criar em matéria de incentivos, incentivos fiscais como tempo e outros, mas há aquilo que compete ao município e o ano ficou marcado ainda por obras que estão a decorrer, concluímos a Beneficiação do Largo da Boavista, avançámos para a Capela de São João, Salão Nobre dos Paços do Concelho continua em curso, a Requalificação do antigo edifício da GNR vai acolher o Centro de Investigação do Património Cultural também passou para este ano, mas já tinha começado o ano passado, mas é normal o prazo de obra ainda é extenso, mas temos também a registar aqui o acompanhamento de vários processos, projetos, aprovações, fiscalização, verificação das obras de urbanização de vários espaços de reconversão urbanística, em particular das várias Augis que temos no concelho.

A proposta técnica da Revisão do Plano Diretor Municipal, deu-se início ao trabalho de concertação com as diversas entidades, o relatório faz, de facto, um excelente ponto de situação, que aconselho a leitura aos Srs. membros da Assembleia tem na lógica de fazer um ponto de situação dos trabalhos e ele está ali muito bem escalpelizada sendo que falta também agora o resto, mas temos ali, de facto, informação muito relevante…"

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente está a falar há trinta e um minutos."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Na área da Cultura, voltámos a atividade com grandes eventos de referência feitos em parceria, outros por agentes culturais, mas com forte envolvimento técnico, financeiro e logístico do município foi o FIG, foi o Festival Internacional de Música, Mural 18 que foi, de facto, um balão de soro também para os agentes culturais, locais e para a cultura local, e depois lá se começou aos poucos também a ter animação com algumas das nossas festas tradicionais e populares adaptadas, naturalmente, até a própria Feira Medieval este ano não houve, mas houve no fim-de-semana com torneios e com outros eventos.

Falaria aqui de importantes investimentos em equipamentos culturais e sociais do Centro Comunitário de Águas de Moura, o Monte do Francisquinho que teve já em funcionamento, o Skate Parque e um processo que está prestes a ser concluído que é a eficiência energética e climatização do Cine Teatro São João. No Castelo há sempre muitas intervenções, sinalética, instalações elétricas, terraços, conservação de espaços, missões militares, beneficiações na Igreja de Santiago.

Em Pinhal Novo ano ficou marcado pela inauguração do Museu a Estação, muitas exposições, há aqui um enfoque que nos diz muito também em termos de identidade e motivos na Vila de Palmela, a divulgação através de exposições da figura de Hermenegildo Capelo e outros na conservação dos polidesportivos, no desporto, também um conjunto de eventos, para além de voltarmos a Volta a Portugal em Palmela, a Volta

Portugal Feminina, as Taças de Portugal de cadetes e feminina, a rampa das vindimas clássica da Arrábida, Palmela passou a ser, de facto, também um território de ciclismo e de outras modalidades, o projeto do ciclismo vai às escolas foi a grande inovação no final do ano passado, e é um projeto que vai ser replicado em várias outras escolas teve Rafael Reis como padrinho é um projeto em parceria com a Federação Portuguesa de Ciclismo, vários contratos programas celebrados para apoios financeiros, Infraestruturas de clubes, pista de atletismo e centro de lançamentos de Quinta do Anjo, remodelação do Campo de Futebol de nove e de sete do Pinhalnovense, foram assim os contratos-programa mais pesados financeiramente.

Na qualificação do território, muitos quilómetros de rede viária nova, reabilitada e doze novas pavimentações, o "*HUB 10*" que é a obra mais estruturante, uma obra que tivemos um ano à espera do visto do Tribunal de Contas, finalmente arrancou. Espero que nos próximos meses tenhamos outra perceção do impacto daquela obra.

Na área do espaço público e da sua qualificação, a conclusão do Largo do Mitra, Rua do Ribatejo, a Praceta de Cabo Verde aqui em Palmela um espaço de excelência ali junto ao Centro de Saúde, também já aqui falámos nesta altura, estava em obra o Jardim de Cabanas Orlando Ribeiro, enfim deu-se seguimento a isto a eficiência energética foi concluir os processos de eficiência energética nas Piscinas Municipais de Palmela e Pinhal Novo, estamos aqui a falar de investimentos na ordem dos 800 mil euros, o Cine Teatro São João já falámos e foi também o ano da nova concessão para a iluminação pública, este projeto Loren de eficiência com substituição, 19.857, estamos em 17 mil à data. Desenvolvimento do Plano Local de Adaptação às Alterações Climáticas, o polaco, o clima.

Estação meteorológica também colocada na Biblioteca do Pinhal Novo, na área do bem-estar animal houve também, muito trabalho e muito qualificado com várias intervenções com a criação do Primeiro Parque Canino no concelho em Quinta do Anjo.

No urbanismo infraestruturas é tudo aquilo que diz respeito aos tais loteamentos inacabados que nós temos falado muito de dois pela sua dimensão, mas vem já aí mais outros dois é a Expofirme, KRR, etc. nós vamos passar anos a fazer obras em vez dos promotores, porque há, de facto, procura de lotes para a construção em espaço urbanizados.

Na área dos resíduos, batemos, de facto, todos os recordes de recolha, os resultados continuam a não ser muito satisfatórios a não ser nas áreas em que, felizmente, experimentamos e tem tido sucesso, designada de Recolha de Resíduos Porta-a-Porta que já abrange mais do que 1039 fogos e que tem tendência a crescer.

No turismo e economia local, Mercado do queijo, enfim, as mostras de vinhos, as feiras comerciais, os torneios etc. tudo isto foi feito em formatos alternativos, foi uma prova de resiliência para que estes setores ainda assim em tempo de pandemia pudessem escoar produto, pudessem divulgar produto, e foi decisivo para não fechar algumas portas, já no final do ano, conseguimos o Viva o Natal em Palmela com outra expressão, tivemos vários benefícios, isenções de taxas de apoio à economia local e tivemos também a inauguração da Incubadora de Empresas logo assim que abriu registou ocupação local e a adesão ao pacto local para a empregabilidade e empreendorismo.

Projetos estratégicos que são marcas, também de opções estratégicas, para o futuro da nossa participação no "Roben Living Lab" da AML, o nosso envolvimento na Rede Metropolitana de Parques Agroalimentares, tendo que ver aqui com a nossa vocação agrícola de que somos fundadores, também deste processo e o trabalho que estamos a fazer na lógica de atração da logística e da distribuição de produtos primores, temos feito reuniões com o "*MARL - Mercado Abastecedor da Região de Lisboa*" e no âmbito do plano logístico da AML, temos conseguido sinalizar e alavancar localizações para investimentos estratégicos nesta área no nosso território e, em particular também projetos de agricultura, em modo biológico.

Finalmente, porque é também uma matéria cara a Palmela, as questões relacionadas com o Caminho de Santiago, finalmente, o dia de Santiago, o caminho central da variante Península de Setúbal, o Colóquio Espanha/Portugal e o Caminho de Santiago, marcou o Fórum Turismo Palmela, estamos fortemente empenhados nesta nova valência turística, que é uma nova oferta na área do turismo religioso e cultural e queremos também aqui sublinhar o facto de termos na Península de Setúbal, o primeiro percurso pedestre na área do Enoturismo, que é o Jardim de Vinhas, que convido muitos a fazerem a visita a Fernando Pó já no próximo fim-de-semana.

O "Arrábida wook Festival" com a "*Bio trailers*", enfim, todo o trabalho que temos feito em parceria no âmbito do território Arrábida, na criação de sinergias para promover o território, o turismo e a sua atratividade.

Disse, Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Sr. Presidente."

Está em discussão o ponto dois da ordem de trabalhos, que sendo que à meia-noite, temos que perceber se continuamos ou se voltamos todos cá amanhã. Muito bem continuamos, se cada um de vós falar os mesmos trinta e sete minutos, temos tempo.

Inês do MCCP."

A **Sra. Inês Garcia do MCCP:**

"Muito obrigada, boa noite a todos.

Tendo sido apenas eleitos em setembro o MCCP, considera que não poderá em consciência opor-se, ou aprovar este documento, não acompanhamos a execução do orçamento de dois mil e vinte e um, nem participamos na sua discussão. Adicionalmente chamamos a atenção desta assembleia para o facto de apenas nos ter sido facultada este documento no dia vinte de abril, ou seja, quatro dias úteis antes desta reunião, sendo o documento técnico denso com cerca de quinhentas páginas e de extrema relevância para o concelho de Palmela, carece de uma análise crítica e cuidada, é impossível de cumprir a função fiscalizadora da Assembleia Municipal quando documentos desta importância são enviados com tão pouca antecedência, recomendamos, portanto, sempre que necessário seja aprovar documentos desta relevância que sejam enviados com pelo menos dez dias de antecedência úteis ainda que sobre a forma de rascunho só desta forma, podemos garantir que estamos a fazer o melhor pelo nosso concelho de Palmela.

Em todo o caso é necessário chamar a atenção para alguns temas que consideramos relevantes, chamando a atenção do executivo para a quantidade e qualidade dos espaços verdes públicos do nosso concelho que continuam a ser insuficientes, seguindo o modelo insustentável, tanto a nível ecológico como financeiro de muitos dos trabalhos de requalificação têm passado pela remoção do relvado e pela sua substituição por calçada e mais uma vez, frisamos que esse, não deve ser o caminho para criar espaços verdes.

Saudamos a criação do mapa do metro minuto para a Vila de Pinhal Novo questionando-se o executivo se não considera relevante adicionar e complementar esta iniciativa com sinalização vertical assim como estender a outras localidades do concelho.

Ainda sobre mobilidade sustentável chamamos a atenção do executivo sobre a importância de limitar a circulação automóvel por forma a garantir a eficácia dos esforços em torno da mobilidade ativa e suave uma vez que esta não se resume a iniciativas pontuais, mas, a escolhas diárias e tal como os economistas comportamentais nos têm vindo a demonstrar nem sempre racionais.

No documento é mencionado o reforço do Serviço de Atendimento da Câmara, no entanto, chamamos a atenção do executivo na figura do Sr. Presidente da Câmara, para as dificuldades e atrasos neste serviço, foram reportadas situações de chamadas de cerca de uma hora e meia sem entendimento membros desta assembleia já viram inclusive críticas sobre a demora excessiva nos serviços, críticas essas, feitas por

indivíduos que não têm nada que ver com Palmela e estes processos estão particularmente relacionados com o loteamento e urbanismo, isto mostra que o município de Palmela já tem uma péssima reputação nesta área.

Relativamente à "*Ciclop7*", o MCCP chamou a atenção para a importância de fazer bem, para não gastar dinheiro público desnecessariamente, sendo exemplo, de Setúbal, um excelente exemplo, de como fazer mal. Tememos que não teimosia de fazer sem ouvir quem realmente utiliza a bicicleta como meio de transporte, se faça mal, chamamos à atenção que uma ciclovia bidirecional com gincanas não vai ser utilizada, pela maioria dos utilizadores de bicicleta neste tipo de tipologia de repercussos.

Tenho dito, muito obrigada."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Eu gostava só de fazer uma nota em relação aos timings, nós temos um regimento novo e neste artigo 20º do regimento em que o MCCP esteve envolvido, diz que as sessões ordinárias são convocadas com a antecedência mínima de oito dias e, portanto, é dentro destes oito dias que nós temos que ter os documentos disponíveis. Uma próxima fase eventualmente para estas sessões e para estes documentos com as tais quinhentas páginas, temos que ter mais alguma atenção, mas nós estamos a cumprir o regimento.

Mais intervenções?

Rui Valente Chega."

O **Sr. Rui Valente do CH:**

"Boa noite Sr. Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os que aqui estão e lá em casa nos assistem.

Em relação a este documento gostaria de começar com suas notas positivas, assinalar que, desde dois mil e catorze até dois mil e vinte e um, não se registaram pagamentos em atraso a mais de noventa dias, seja, é um facto, que tem mantido uma tendência bastante positiva, prazo médio de pagamento evoluiu de cento e trinta e sete dias em dois mil e catorze para dezanove dias no último trimestre dois mil e dezanove, não temos dados mais recentes, mas estamos na expectativa que a tendência se mantenha.

Salientar ainda em relação ao espectro do orçamento, as receitas algumas extraordinárias aqui, nomeadamente do licenciamento das AUGI da Quinta da Torre na Quinta do Anjo da Marquesa I e III, que permite arrecadar quatro ponto oito milhões de euros, cinco ponto oito milhões de empréstimos de médio e longo prazo, e tendo o IMT registado um aumento de dois ponto cinco milhões quando comparado com dois mil e vinte, estas três fontes de receita tiveram uma variação quando comparadas com dois mil e vinte de treze milhões de euros.

Destacar, ainda, conforme mencionado no relatório de gestão que o valor das taxas de obras, loteamentos e IMT, demonstram a dependência da autarquia em relação a estas receitas de cerca de quinze por cento em dois mil e vinte, para vinte e cinco por cento em dois mil e vinte e um, receitas estas dependentes do setor imobiliário.

Alertar que uma crise nesta área irá ter consequências graves na situação financeira municipal, isto está no documento, não sou eu que estou aqui a mencionar, mas é só para ressalvar esta situação e retirando as receitas extraordinárias mais o licenciamento das AUGI e IMT, a receita regista uma estabilização dos restantes agregados que cresceram cerca de três ponto três milhões em quatro anos, e reforço aqui a mensagem manifestamente inferior ao nível de crescimento das despesas correntes. É certo que existiu obra em dois mil e vinte e um, mas salientar também aqui algumas obras de alguma relevância como foi o caso da obra na Ribeira da Salgueirinha que interrompeu e a estrada nacional e que causou um transtorno que nós

recomendaríamos que, este tipo, de obras que causam um transtorno a um número alargado de munícipes tenham uma supervisão mais apertada.

Depois, gostaríamos, de mencionar também as seguintes percentagens de execução que no seu todo foram já realçadas pelo Sr. Presidente positivas, acima dos oitenta por cento, mas algumas delas ficaram bastante aquém e eu vou salientar algumas nas funções sociais, projetos de promoção ambiental trinta e quatro ponto cinco por cento, aqui também gostaria de aproveitar para colocar o alerta que continua impune o despejo de entulhos por diversas áreas aqui do nosso concelho e nós alertámos aqui o ano passado o reforço da sinalética que poderia ser um meio dissuador, mas o que constatamos no terreno é que o assunto continua incontrolado e com poucos meios dissuasores digamos assim.

Depois em espaços verdes e paisagismo uma percentagem de execução de sessenta e sete ponto oito seja, não se executaram seiscentos mil euros nesta rubrica, também reiterar aquilo que mencionamos nas Grandes Opções do Plano. A falta de espaços verdes, o tratamento das rotundas e as limpezas escassas ou inexistentes nalgumas áreas do concelho.

A nível de equipamentos culturais, percentagem de execução, cinquenta e nove por cento, ou seja menos trezentos e oitenta mil euros, cerca de trezentos e oitenta mil euros, em espaço de jogo e recreio e polidesportivos, também setenta e dois por cento, menos duzentos mil euros de execução.

Em programas e projetos municipais, quarenta e oito por cento, menos cinquenta mil euros e nas funções económicas, nomeadamente no turismo trinta e sete por cento, menos setecentos mil euros.

Gostaria também de deixar três notas sobre o relatório de conclusões e recomendações da Auditoria do ano de dois mil e vinte e um que foi publicado agora na semana passada e aqui salientar também que o município está em equilíbrio orçamental, portanto, é uma situação que valorizamos e seguimos com atenção.

O município cumpre com os limites de endividamento, mas, digamos, em nota de alerta que o plano de prevenção de riscos e gestão de corrupção e infrações é de dois mil e catorze, ou seja, não sofreu qualquer alteração desde aí e que é necessário e estou a citar é necessário que exista monitorização deste plano, fica só este alerta.

Só mais uma pequena nota para terminar é que na página duzentos e quarenta, no contrato dois mil seiscentos e setenta e oito, salto-nos a atenção, está lá um preço base de trinta e sete milhões novecentos e oitenta mil, terá sido um lapso, presumo…"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Qual é a página que o senhor…"

O **Sr. Rui Valente do CH:**

"É a página duzentos e quarenta, no contrato dois mil seiscentos e setenta e oito.

Quando confirmado no portal, penso que esta obra diz respeito ao reforço estrutural da Capela de São João e o valor será diferente destes trinta e sete milhões."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Concluiu?"

O **Sr. Rui Valente do CH:**

"Sim."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Têm alguma dúvida sobre a página duzentos e quarenta?

Tânia Ramos, Bloco de Esquerda faz favor."

A **Sra. Tânia Ramos do BE:**

"Muito obrigado Sr. Presidente.

A nossa questão vai para o relatório de conclusões e recomendações de auditoria do ano de dois mil e vinte e um, na página quinze, diz o seguinte; "*A ADREPAL, e tendo por base as últimas demonstrações financeiras disponíveis, importa referir que, de acordo com a alínea a) do artigo X estão reunidas as condições para a deliberação da dissolução da entidade, por outro lado e de acordo com o artigo 35º do Código das Sociedades comerciais, uma vez que está perdido mais de metade do capital social da entidade a ADREPAL, reúne condições para a sua dissolução ou não sendo dissolvida será necessária a realização pelos sócios de entradas para reforço da cobertura do capital o que responderá a cerca de duzentos e sessenta e nove mil oitocentos e nove euros*".

Gostaríamos de ser esclarecidos em relação a esta situação da ADREPAL.

Disse muito obrigada."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Patrícia Caixinha Partido Socialista."

A **Sra. Patricia Caixinha do PS:**

"Boa noite Sr. Presidente, na sua pessoa, cumprimento os elementos da mesa, cumprimento o Sr. Presidente da Câmara, as Sras. e os Srs. Vereadores, caras e caros membros da Assembleia presentes, quem nos acompanha aqui fisicamente e através da transmissão online, cumprimento também os trabalhadores e as trabalhadoras da autarquia e comunicação social.

Em primeiro lugar, gostaria de referir sobre este documento, que é um documento extremamente exaustivo, como já foi aqui também referido e detalhado e que revela uma grande qualidade técnica na sua execução. Da análise que foi possível fazermos ao documento e como já foi inclusive mencionado pelo senhor presidente da Câmara destaca-se o aumento da receita que em dois mil e vinte e um, conhece um crescimento inesperado por força das receitas oriundas do valor da utilização dos empréstimos contraídos da cobrança de taxas de licenciamento e do IMT.

Em termos de receitas os impostos diretos representam vinte e cinco milhões e quatrocentos mil euros, portanto, quarenta vírgula seis por cento das receitas em dois mil e vinte e um, verificando-se um acréscimo de um milhão novecentos e cinco mil euros comparativamente com o ano transato, incluem-se nesta rubrica, o IMT que representa mais de nove milhões em dois mil e vinte e um e que é um aumento muito significativo de dois milhões e meio de euros relativamente ao ano dois mil e vinte, o Imposto Único de Circulação que representa quase dois milhões de euros e que tem um aumento de cento e trinta mil euros comparativamente com o ano de dois mil e vinte, e o IMI que são mais de onze milhões de euros e que cresceu mais cinquenta e cinco mil e oitocentos euros relativamente a dois mil e vinte, o que demonstra que mesmo com a redução gradual deste imposto que beneficia os munícipes e as famílias mantêm-se como a principal fonte de financiamento desta autarquia.

Quanto à despesa, verificamos que há um aumento da despesa com o pessoal em dois mil e vinte e um, por força da aquisição de mais pessoal, da atualização salarial, e da retoma nas progressões das carreiras, ainda

assim mesmo o pessoal, tendo a maior percentagem de despesa consegue uma redução do seu peso no total, o mesmo acontece com a aquisição de bens e serviços onde se incluem os combustíveis a alimentação escolar, os transportes escolares e outros como também já foi explanado pelo Sr. Presidente da Câmara.

Sobre a informação detalhada e consta no documento a bancada do Partido Socialista não podia deixar de fazer menção à baixa percentagem de execução, sobretudo em áreas que consideramos essenciais.

O objetivo relativo à habitação tem uma execução de trinta vírgula trinta por cento e nas funções sociais a habitação tem uma execução de trinte e oito virgula zero seis por cento. Já foi referido por diversas vezes nesta bancada, a existência de uma falta de planeamento e de estratégia local sobre esta matéria e sendo esta baixa percentagem de concretização, o exemplo disso.

Depois no que diz respeito ao comércio e turismo, uma área essencial para esta região que tem tanto potencial a percentagem de execução foi de apenas quarenta e um vírgula vinte e seis por cento, e o turismo a promoção turística nas funções económicas teve uma execução de trinta e sete ponto vinte e seis por cento.

Ainda nas GOP, nas funções gerais, o projeto no âmbito da administração autárquica de qualidade e modernização formação e informação carece o nosso entendimento de um esforço e maior empenho para a sua concretização atendendo que a percentagem de execução não atinge os trinta por cento e, como sabemos a qualificação dos trabalhadores e trabalhadoras desta autarquia é essencial, posto isto, e por considerarmos que é necessário um bom planeamento que nos permita executar aquilo que, de facto, é essencial tem financiado e prioritário para as populações, por considerarmos que as opções que têm sido adotadas não permitem concretizar os objetivos que consideramos essenciais a bancada do Partido Socialista irá abster-se nesta proposta.

Disse Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Patrícia Caixinha.

Carlos Jorge Almeida se faz favor."

O **Sr. Carlos Almeida da CDU:**

"Muito obrigado Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. membros da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, Sras. e Srs. Vereadores, não vamos aqui, até depois de uma explanação tão completa que foi realizada pelo Sr. Presidente da Câmara voltar a percorrer o mesmo caminho.

Dizer, no entanto, que aquilo que tem sido apresentado como objeções, ou questões que levam a ter uma opinião divergente relativamente ao mérito da Prestação de Contas, assentam fundamentalmente, em duas ordens até ao presente momento em que estamos a usar da palavra em duas apreciações; uma dir-se-ia e inicia mais relacionada com aquilo que seria enfim a discussão relativamente a um plano plurianual de atividades ou de investimentos dizendo que há determinadas áreas que carecem de intervenção, de desenvolvimento, de mais atenção, nós não estamos obviamente, neste momento, nesse plano, outras críticas ou objeções colocam a questão do ponto de vista uma fraca taxa de realização de execução em áreas que vão desde os equipamentos desportivos, a questões relacionadas com o ambiente ou com o turismo que percebi quando todos nós sabemos perfeitamente relativamente a que época e a que contexto é que estamos a trabalhar e, portanto, sendo, obviamente observações óbvias, são observações que não podem colher a petição e um texto como este.

Depois há sempre um bocadinho nestes momentos, em que somos chamados a análise das contas que são prestadas pelos órgãos executivos, fazermos um bocadinho uma leitura que não é propriamente aquela se me permitem para que aponta exatamente o Regime Jurídico das Autarquias Locais.

O documento de Prestação de Contas, é um documento que a Assembleia Municipal ou em outra autarquia a Assembleia de Freguesia é conduzida por que tem competência para tal, a apreciar e a votar enquanto que a outra abordagem aquela que é feita do ponto de vista quase numa análise do orçamento, aquilo que tem a ver com as Opções do Plano e Proposta de Orçamento, aí está sujeita à aprovação do órgão. Hora aprovar, apreciar e votar, não são exatamente a mesma coisa e não sendo necessário ser jurista para perceber isto compreender-se-á que, no direito a forma, serve o conteúdo e a circunstância de serem criados dois tipos de vocábulos, totalmente distintos ou três, até para catalisar quer numa situação quer noutra coloca-nos em plano diferente enquanto órgão para apreciação, mas de qualquer modo dizer o seguinte, aquilo que é fundamental e algumas intervenções deve-se dizer em abono das mesmas do nosso ponto de vista e é claro que caminham nesse sentido tendo então analisar estes documentos da forma que nos parece mais adequada, ou seja, vão para grandes quadros grandes enquadramentos e tentam analisar a situação no global aquilo que é fundamental num documento desta natureza é analisar o balanço e a demonstração de resultados e verificar se eles indicam ou não indicam, boa saúde das contas, lembro-me agora a insistência com que houve com um ex-autarca, neste momento, o ministro das Finanças coloca na apreciação dos documentos do Orçamento de Estado para a circunstância das contas estarem certas, de as contas, estarem bem feitas, estarem adequadas esse é um elemento fundamental para se perceber e se avaliar e se apreciar e votar, como eu digo apreciar e votar tem uma semântica diferente daquela que teria a ver com um documento orçamental, mas, por outro lado, também é preciso verificar, para além disso, se o endividamento e o passivo do município passaram a constituir um problema do nosso município, se são suscetíveis de ser equacionados, de ser valorados, e sugerindo alguma inquietação jovem que intervenções nesse sentido que desmentiram por completo essa possibilidade, essa circunstância.

Depois, uma outra abordagem que é necessário fazer na análise deste documento é se, é evidenciada uma capacidade ou incapacidade de atrair receitas e já está visto, está dito o Sr. Presidente teve o cuidado de dizer, mas não só diga-se também a bem da verdade que, independentemente das circunstâncias conjunturais que contribuíam também já foram realçadas por outras bancadas para o aumento desses valores, mesmo assim, retirando o acréscimo verificado, nas taxas e licenças o crescimento da receita municipal global situar-se-ia ainda nos dois virgula três milhões de euros e isto parece-nos que não é uma questão despiciente é como é óbvio.

As taxas de execução do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, do PPI e também aqui, felizmente, já foram trazidas para cima da mesa equacionados e expressos números que permitem avaliar este grau de execução e considerá-lo no global e, de facto, naquilo que importa numa visão de conjunto tirando aquelas questões que são conjunturais e percebemos porquê como muito significativos.

Finalmente, duas questões que são importantes aquelas que têm a ver com a possibilidade ou impossibilidade que o município expressa através da gestão política em cumprir os seus compromissos que quanto a isso estamos conversados se me permitem a expressão e finalmente, as políticas municipais e que foram consubstanciadas em ações no plano plurianual de investimentos ou no plano plurianual nas atividades, nas Grandes Opções do Plano foram construídas, são ou não são suscetíveis de se revelar na Prestação de Contas que é apresentada ou seja, foi o conjunto de documentos preparado pela gestão política municipal incapaz de se adaptar à realidade, sendo que a realidade era de todo na sua dimensão e até na sua ocorrência imprevisível? Julgamos que não, foram e ineficientes as soluções que estavam tomadas agora apresentadas e aquelas que os serviços com grande resiliência, com grande sentido público por parte dos funcionários municipais e da gestão política foram capazes de se concretizar no momento tão complexo da vida do município, julgamos que também essas são evidentes.

Finalmente, uma outra questão que, nestes momentos, é sempre abordada infelizmente, aqui não foi colocada porque ela então, não faria sentido, colocar-se é saber se a gestão política, consubstanciada naquilo que é a apresentação da Prestação de Contas mostra que essas contas foram servis de qualquer ciclo político, que a gestão foi servir de qualquer registo de qualquer ciclo eleitoral se o objetivo foi condicionar a intervenção, ação aquilo que estava previsto em função da circunstância do ano que era e creio que também quanto a isso estamos absolutamente conversados.

Os, valores que são apresentados e que foram aqui suficientemente explicitados pelo Sr. Presidente, infelizmente, não só também por bancadas, distintas levam-nos a poder afirmar e poder sustentar com toda a

segurança que, naquilo que é essencial naquilo que, de facto, importa estas contas apresentam uma gestão que revela em si e sem, enfim, qualquer malícia aqui, aquilo que são contas certas e boas contas.

Disse, muito obrigado Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"É meia-noite, coloco à consideração dos líderes de bancada, a continuidade da sessão? Continuamos.

Carlos Vitorino faz favor."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD:**

"Boa noite a todos.

Esta questão é relevante para aquilo que nós, por vezes, falamos ou seja a necessidade de adequarmos a duração de algumas sessões à ordem de trabalhos neste caso, pronto, temos aqui a prestação de contas, temos dois pontos que serão pacíficos, vou chegar certamente a casa muito antes do que aqueles que faria se estivesse no meu turno que era às sete da manhã, portanto, eu por mim estou satisfeito, quem se levanta às seis da manhã e às cinco e meia ou às sete para ir trabalhar no estará, mas eu acho que é uma questão que vamos ter de voltar aqui à coação.

Relativamente aqui à questão que nos trás este tema o Partido Social Democrata irá votar contra a Prestação de Contas, seguindo aquela que foi a posição do nosso Vereador na reunião de Câmara, tal como o fizemos no Orçamento e nas Grandes Opções do Plano.

Importa referir que, de facto, aquilo que muitas das bancadas já aqui aduziram e que até por o adiantado estado da hora, não vou repetir à exaustão, faz com que a execução nos pareça ser bastante superior, mas, de facto, parte da execução que bate quase certa é aquela relativa às despesas com pessoal e salários, portanto, e essa realmente faz com que depois todas as outras que já foram aqui referidas tenham décalages, muito superior face a uma que é quase sempre, realizada a cem por cento.

Também referir que na Certificação Legal de Contas, feita pela empresa Sociedade de Revisores Oficiais a opinião é dada com reservas e sendo referido que o património balanço estão afetados negativamente devido, ao facto de não estar ainda totalmente regularizadas diversas operações urbanísticas, arruamentos e benfeitorias e outros e por não estarem estimados valores que estes bens podem atingir assim, não nos foi possível quantificar o valor da reserva.

Quanto dúvidas uma delas já o representante do Bloco de Esquerda falou, a questão da Adrepal, também aqui no relatório e conclusões, mas na página catorze e relativamente ao passivo da Palmela Desporto que releva a cem por cento, também tínhamos aqui uma explicação adicional do Sr. Presidente.

Disse."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Carlos Valente do MCCP se faz favor."

O **Sr. Carlos Valente do MCCP:**

"Muito obrigado Sr. Presidente só agradecer-lhe o reparo relativamente a nós termos aprovado o regimento em seu tempo, mas dizer-lhe que fruto da nossa longevidade aqui neste mandato, não tínhamos noção da falta de eficiência desta Assembleia e portante se considerarmos que tivemos quatro dias úteis, mas no meio, tivemos as celebrações do "25 de Abril". Eu falo por mim que, provavelmente, sou dos que têm mais facilidade de horário, mas fruto do fim do mês, hoje estou a trabalhar desde as seis da manhã e tive uma reunião antes com sua excelência também às sete, que nos deu para beber um café entre reuniões, não me

parece humanamente simpático estarmos aqui a esta hora ainda a falar de assuntos sérios e portanto não nos vamos opor a que a sessão continuou, mas gostaríamos de marcar este ponto para no futuro ou somos mais eficientes, talvez um resumo das quinhentas páginas que não nos avancemos uma hora e meia ou quase duas horas em moções para depois, irmos discutir um assunto desta importância e, portanto, deixar esta nota para o futuro.

Muito obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Não, direi muito sobre isto, mas debatemos e colocámos no regimento pela primeira vez, a possibilidade de as sessões serem feitas em mais do que um dia de seguida, isso, foi o que acordámos, portanto, a questão é vale a pena interrompermos a sessão hoje? Foi o que eu perguntei à meia-noite, vale a pena interrompermos a sessão hoje e continuávamos amanhã ou não? E, por aquilo que percebi não vale a pena, então vamos continuar agora, eu não consigo fazer de outra forma, os senhores legitimamente trazem as moções, as saudações, temos trinta minutos para fazer tudo isso, demorarmos muito mais tempo, o público presente demorou o tempo que foi necessário e as sessões, eu acho que eles são privilegiados a esse nível ou seja, temos de dar o máximo de atenção a quem se desloca aqui, o Sr. Presidente da Câmara respondeu, enfim, no tempo possível e sem se alongar muito nessa fase, depois na apresentação da respetiva prestação de contas, pronto, aí é que além de ler a proposta, acaba por fazer e aduzir uma série de conteúdos que acha relevantes é o que temos, não temos aqui outro tipo de possibilidade de fazer de outra forma e, portanto, agradeço a vossa atenção e paciência e, portanto, vamos continuar na medida do que estamos definidos.

Há mais alguma nota em relação a esta matéria?

Não, Sr. Presidente da Câmara se faz favor."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Obrigado Sr. Presidente.

Sobre as questões colocadas pela senhora membro da Assembleia, Inês Garcia, creia que temos também preocupações de natureza idêntica e acolhemos e tomamos em boa conta as suas preocupações e sugestões nas diversas áreas que referiu e chamou a atenção para as políticas municipais.

Sr. membro da Assembleia Rui Valente, o que referiu sobre a execução são efetivamente os números, mas procurando ligar aqui também algumas leituras feitas por outros membros da Assembleia, nomeadamente a Patrícia Caixinha e Carlos Vitorino, quando vamos percorrer aqui as taxas de execução dos diversos programas e projetos, eu quero mais uma vez, chamar a atenção, eu percebo que isto dá jeito, politicamente dizer assim; "*habitação eh! pá só trinta e oito por cento, virgula seis habitação*", não tem nada a ver com a habitação que estamos aqui a falar, é que não tem nada a ver que nós temos que nos documentar e ler o documento, ir lá ao capítulo, porque uma coisa é a forma como as coisas são classificadas orçamentalmente nestes programas e projetos e depois temos que ver o que os conteúdos e aqui não estamos a falar de compra de habitação neste capítulo de habitação e urbanismo, estão as obras do Centro Histórico e estão as obras de reabilitação das habitações municipais, é o parque municipal de trinta e cinco habitações e basta uma fatura não ser paga, para termos aqui uma diferença de sessenta mil euros que dá logo assim a execução que dá a sensação que nós na habitação não investimos nada, pois nós, até na estratégia local de habitação o orçamento é até tudo para estes anos, nem era para o para o ano anterior, portanto, eu só quero chamar aqui a atenção que é necessário até quando falamos muitas funções, sociais nas funções sociais, naturalmente, têm educação, têm os serviços culturais, recreativos e religiosos e proteção do meio ambiente, tem o saneamento, tem os resíduos sólidos, têm educação, têm a saúde com uma percentagem ínfima claro, tem a ver com as novas competências, quando é que tivemos execuções extraordinárias na saúde? quando

fizemos obras em vez do Governo e como vamos fazer a Unidade de Saúde Familiar, haveremos ter orçamento, vamos ter uma projeção e depois se executarmos a obra a cem por cento, lá teremos a execução.

O que eu quero dizer, é que, é preciso perceber o que é que significa cada uma destas designações para não ficarmos aqui a inferir que estamos a executar menos em questões que são estratégicas de apoio social, não, não tem que ver com isso e outras terá e darei a devida explicação "Ah! no turismo e tal, estamos a investir pouco", bastou não se fazer uma obra, paisagismo espaços verdes, bastou a requalificação do Jardim Ferreira da Costa ter ficado com concursos desertos e não ter tido execução e tivemos que repetir a terceira vez, o concurso já foi adjudicado felizmente este ano muito mais caro, mas é a vida.

Basta uma obra não ser executada para dar estes desvios, o que interessa é perceber o que é que isto significa quais foram as razões e conferir o plano e aquilo que efetivamente foi executado como e porquê e eu sobre esta matéria dado que esta crueza dos números permite depois outras inferências e outras interpretações, eu quero voltar a dizer a vossa excelências que já no ano passado quem tem sempre este posicionamento muito recuado relativamente até à abertura para reconhecer a realização de algum trabalho e que vote, contra seja o orçamento, seja contra às prestações de contas, que há aqui alguma dificuldade ou se calhar má vontade em querer perceber esta matéria. Nos anos anteriores, ninguém quis saber da covid, ninguém quis saber dos concursos desertos e a execução foi a pior do quadriénio nunca executaram tão pouco, pois bem, quero recordar vossas excelências que depois das prestações de contas do país estarem entregues e validadas o município de Palmela na Área Metropolitana de Lisboa foi o que teve a melhor execução da despesa e diziam "*Vocês executam muito é a receita a despesa executam pouco, as obras passam de ano para ano"* dá a sensação que isto é algum defeito aqui de Palmela, toda a gente ignora a conjuntura das Obras Públicas em Portugal e outra e outras matérias, pois bem fomos só o executivo que mais executou. Posso adiantar já que dos municípios que já aprovaram as contas e na Área Metropolitana de Lisboa, eu tenho aqui não vou nomear, não sou desse indelicadeza continuamos a ser o executivo com maior taxa de execução, não conheço todos ainda, mas já conhece metade deles, não vou também dizer quem governa o quê e, portanto, isto para termos aqui um bocadinho de bom senso na análise destes números, alguns terão dito *"Os investimentos até foram só sessenta e dois por cento em dois mil e vinte e noutros anos já foi mais elevada",* bom, sessenta e dois por cento sem dúvida, os números são os números, mas em termos absolutos eu tive oportunidade de lhes dizer que é o maior volume de investimento do quadriénio. Nós fazemos investimento, no valor de treze milhões cento e três mil euros que é mais quarenta e sete vírgula cinco por cento comparativamente a dois mil e vinte.

O que é que explica os desvios, então os senhores não acham que nós queremos ter as obras todas prontas, algumas até cria tê-las tido prontas antes das eleições, mas não deu e criaram tantas incompreensões e interrogações e insatisfações, pois nós só em concursos e procedimentos desertos digo-vos que só, doze, já nem vou falar dos mais pequeninos pois isto atrapalha tudo e atrasa tudo, mas só doze procedimentos, de doze procedimentos mais significativos quatro foram repetidos duas vezes, e um três vezes os que só foram adjudicados este ano e que não puderam ter sido adjudicados o ano passado ter alguma execução o ano passado, ultrapassam três milhões de euros e, portanto, esta é a explicação aqui, para num capítulo ou noutro mas estou aqui na habitação e urbanismo onde está também no Centro Histórico de termos uma obra que começou mais tarde, ou que está atrasada para não termos a execução que, gostaríamos de ter que é os cem por cento, já dei aqui algumas explicações espero contribuir para uma melhor interpretação do documento.

Outras matérias, gostaria aqui de aduzir obviamente este município, como outros com exceção daqueles do interior do país em que têm fatias muito mais generosas do Orçamento de Estado, isto do lobby da interioridade vai ganhando espaço, não e então como dependem mais do Orçamento de Estado do que de outro tipo de receitas, próprias e dos impostos diretos naturalmente que nós também e por via dos impostos indiretos temos sempre a expectativa que a dinâmica urbanística traga alguma coisa, nos diretos, de facto, o IMT tem sido surpreendente, dado a compra e venda aqui no concelho, mas, naturalmente os outros impostos temos vindo a baixar como é o caso da taxa do IMI, e que mesmo tendo havido aqui um desvio irrisória mais cinquenta e cinco mil euros é normal e haveremos de ter mais IMI, mesmo reduzindo a taxa é normal, temos mais habitação, tem que haver, naturalmente imposto sobre esses imóveis mas penso que também no capítulo do equilíbrio da gestão financeira há o reconhecimento global de que somos um município com equilíbrio e que temos com bom senso feito uma redução gradual dos impostos e taxas e aumentado, o

investimento e dirigindo cada vez mais a receita corrente para investimentos de capital e nessa matéria, há aqui dados que vale a pena convidar-vos também a refletir sobre eles, mas eu queria dizer sobre esta questão da dependência, obviamente, o que é que o município pode criar mais é criar novos impostos, não é essa a nossa política é criar tarifas de estacionamento pago, não é essa a nossa política, nós vivemos do quê da prestação de serviços, de venda de bens e serviços quais são estes serviços de águas, saneamento e resíduos.

A nossa fatura tem aumentado, sobretudo por causa da TGR e da taxa de recursos hídricos, nós somos cobradores, mas não ficamos com o dinheiro entregamos ao Estado, temos águas saneamento e resíduos mais baratos da Área Metropolitana de Lisboa, na água, temos equilíbrio, no saneamento e nos resíduos, estamos a ser pressionados pela Entidade Reguladora para aumentar é normal tem que haver a cobertura dos custos e as receitas não cobrem os custos, mas essa é uma opção política não ir buscar receita aqui, pelo contrário, estamos a financiar o sistema, porque ele devia se pagar a si próprio como uma opção política e social de proteger as famílias e os próprios agentes económicos.

Também sabem que em Palmela pagam menos por estes por estes serviços, portanto, a nossa dependência neste quadro de impostos e de receitas é, aquela que é, que estamos naquele capítulo dos municípios de média dimensão, média densidade, e que aqui nesta transição entre o rural e urbano está muito dependente, naturalmente, destas receitas dos impostos diretos e do imobiliário.

Outros números antes de vir aqui a algumas explicações que foram justamente apontadas. A explicação para um conjunto de empreitadas que não foram executadas etc. está feita e a técnica nem é política é uma explicação técnica e encontram na página vinte e oito e vinte e nove, que explica ao pormenor os motivos que levaram até ao atraso de algumas empreitadas, porque não é só os concursos desertos, nós temos um conjunto de empreitadas, por exemplo, na área da mobilidade suave, duas pesadas, pertinentes, e que têm que estar em execução antes do final do ano sob pena de perdermos alguns apoios e financiamento.

Tem sido completamente bloqueada pelas Infraestruturas de Portugal, continua a ser um Estado dentro doutro Estado que não faz, nem deixa fazer, convido também os senhores membros com tempo aperceberem aqui outra dimensão de conteúdo e de explicação do nosso documento.

Há aqui um facto também relevante que não é habitual e que nos dá aqui algum conforto e regozijo que é o facto de quando se diz-se muito que "*Qualquer dia as saídas da Câmara para pagar despesas de funcionamento, que vocês não conseguem fazer investimento na ser recorrendo a empréstimos*", bom primeiro podermos recorrer a empréstimo é bom, sinal, é sinal que conseguimos pagar, a legislação é muita apertada nessa matéria, já vos darei alguns dados, mas gostava de chamar a atenção para o facto de nos últimos anos, temos vindo a aumentar a capacidade de suportar investimento com fundos próprios, cinquenta e dois virgula sete por cento do investimento suportado já é suportado neste município, pelo autofinanciamento, não é a média do ano é a média do quadriénio padaria, mas é um indicador importante para se perceber este equilíbrio e a forma como aplicamos o dinheiro.

Depois já foi aqui bem referido o equilíbrio orçamental, de acordo com a Lei das Finanças Locais que nos dá um saldo positivo de doze virgula trezentos e quarenta e cinco mil euros, a capacidade de endividamento lá está, apesar, temos recorrido a empréstimos ainda bem até porque, para executar a componente dos fundos comunitários que não é comparticipada numa zona do território na AML, onde apenas tivemos cinquenta por cento, enquanto noutros sítios têm oitenta e cinco, e agora, no futuro quadro "2030" vai ser só quarenta, salvam-nos aquelas ações do PRR vão aos cem, mas vamos de facto, continuar a ser uma região prejudicada no acesso a fundos, então onde é que vamos fechar os outros sessenta por cento, não é só com receitas próprias vamos ter que continuar a ir a empréstimos para não deixar perder algumas oportunidades de financiamento, mas nessa matéria também na página trinta e nove, chamou a atenção para o facto, continuamos a ter uma margem disponível ainda de endividamento superior a dez milhões de euros.

Depois outro aspeto que tem sido nos últimos anos, às vezes apontado é "*Vocês dantes tinham nas funções sociais tinham percentagens muito elevadas, agora baixou de sessenta e tal para cinquenta e tal*" quero aqui também chamar a atenção para outros fenómenos no âmbito das competências e daquilo que são hoje os desafios das autarquias é que dantes na área das funções económicas a percentagem era muito reduzida, porque lá estava, essencialmente a iluminação pública, mas agora passou a estar os transportes também que era uma despesa de ambos os municípios não tinham isso, vamos começar no dia um de junho com o novo sistema de transportes não foi só o navegante que já começámos há três anos, que temos investido um

milhão duzentos e oitenta mil, mas agora um milhão e seiscentos e oitenta mil por ano para podermos ter finalmente uma oferta digna de transporte público rodoviário.

Não sei Sr. Presidente, se já chegou a informação de que pretendemos fazer no dia nove de maio, onze."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Já sim senhor."

"Fará certamente a divulgação delegação no final da reunião, peço desculpa.

Quero aqui também recordar que ainda não se operou a transferência definitiva de competências para as freguesias, mas aquilo que são já neste momento os contratos Interadministrativos e acordos de execução e protocolos em vigor, também teve um aumento e já significam um milhão cento e sessenta e quatro mil euros transferidos anualmente, para as nossas juntas de freguesia com aquilo que aí vem vai ser mais e vamos ser prejudicados a Câmara, mas achamos que as juntas vão resolver os problemas todos.

Procurando responder aqui questões muito concretas a referência feita pela Sra. Membro da Assembleia, Tânia Ramos relativamente ao texto que aqui está na Adrepal, se consultar os relatórios dos vários ROC desde que à Adrepal, este texto é praticamente idêntico, só varia o valor aqui, o que é que lhe posso dizer sobre a Adrepal, olhe que nos últimos seis anos tem tido resultados positivos e que teremos oportunidade de antecipar na Adrepal pagamentos à banca que são estes os empréstimos que foram contraídos que são esses que se os concluirmos antes do final do ano, teremos oportunidade de fazer aquilo que é essencial é que o valor dos suprimentos que o município colocou ao longo dos anos na Adrepal, o património vai finalmente ficar em nome da Câmara, como sabeis, já foi trazido a este órgão que que nos deu até dois mil e vinte e cinco para resolver o assunto, mas é nosso compromisso, resolver em dois mil e vinte e três.

Também já o disse publicamente, nós temos naturalmente que falar com outro sócio que o futuro poderá levar à extinção mesmo da sociedade, porque nós temos outra visão, achamos que aquilo ali pode ser feito ou pode ser internalizado no município, ou pode ser equacionado no âmbito até da alteração precisamente e do alargamento do objeto da empresa municipal, que é por exemplo um cenário possível, mas a nossa visão é internalizar, portanto, deixaremos de ter essa sociedade.

Já que estamos a falar do relatório de conclusões e recomendações de auditoria, eu quero voltar a recordar que já não sei, pela milésima vez, ao meu amigo Carlos Vitorino, quem está sob reservas, isto é uma questão técnica você encontra isto em todos os relatórios de todos os municípios é uma questão técnica. A reserva sobre o balanço inicial, trata-se de uma questão técnica relativa ao ativo imobilizado registado que não merece contestação ao comentário por parte da autarquia, trata-se de uma reserva de princípio e de salvaguarda de reputação do próprio ROC, que faz isto em todos os municípios e tem que ver com o facto de antes da entrada em vigor do Pocal em dois mil e dois, é que eu estou sistematicamente a repetir isto todos os anos e os meus antecessores também o faziam a explicar o que é isto, dá a sensação que há aqui algum problema, não, eu até fiquei, acho que este relatório está limpinho. É que, quando foi feito o balanço inicial efetuado em dois mil e dois, antes dessa data, o registo de informação e os circuitos internos não tomavam em consideração como é compreensível as exigências da contabilidade patrimonial e, portanto, poderão ter existido operações não refletidas corretamente nas contas quando a partir de dois mil e dois o Pocal se começa a fazer este tipo de trabalho, isto é dito desde o primeiro relatório, qualquer ROC que venha tem que fazer isto, eu não sei o que é que se passou até dois mil e dois, isso estava lá tudo registado, portanto, é isto que significa a reserva sobre o balanço inicial, Srs. membros da Assembleia não há aqui nenhuma desconfiança, esta reserva, aliás, está permanentemente nas contas está na certificação legal, isto vai ao Tribunal de Contas nunca houve qualquer referência nem recomendação, isto é só para esclarecer.

Depois, também algum, "*ênfases*", também outra questão técnica, forma como se faz o relatório, trata-se da possibilidade que adaptam ao município, conforme o previsto nas normas internacionais de contabilidade para o setor público de durante três anos, poder corrigir situações relativas a acordos de concessão de serviços, reportando ao balanço de abertura é o que isto significa o balanço de abertura de dois mil e vinte, não tem aqui nada de fora dos carris. É só para procurar contribuir para de resto é muito técnico e é aquilo que é, porque é feito com toda a autonomia.

Bom não vale a pena então falar das execuções dos outros para nos compararmos uma questão sobre plano de combate à corrupção etc. o município fez o seu plano criou os seus mecanismos de controlo interno. Diz-me e com razão aquilo data de dois mil e catorze, pois bem, tem havido tantas alterações legislativas que temos agora que fazer uma coisa completamente nova, porque, no final de dois mil e vinte e um, saiu o novo regime geral de prevenção da corrupção anexo ao decreto-lei, 109E de dois mil e vinte e um e agora até há um regime geral de proteção de denunciantes que também temos que ter aqui um canal para as denúncias, isto faz lembrar outros tempos, mas tudo bem e, portanto, até temos muitos, mas, pronto e, portanto, o município, com os seus serviços está agora a trabalhar nesta documentação que, há de ser aprovada por quem de direito e isto tem que estar pronto lá no segundo semestre e no caso da corrupção tem que estar em vigor a partir de junho de dois mil e vinte e três, portanto, há aqui um novo quadro normativo que vai levar a adaptação destes documentos todos e que introduzi agora, também esta questão dos denunciantes que é novidade, portanto, estamos a trabalhar nisso e cumpriremos a lei e com transparência, teremos os mecanismos que a lei nos confere para o escrutínio por parte dos Srs. membros da Assembleia, dos cidadãos em geral, e de todas as entidades.

No fundamental Sr. Presidente creio ter respondido às questões suscitadas eu creio que é um documento rigoroso, sério, mostra naturalmente as virtudes e também algumas insuficiências do nosso trabalho, porque não conseguimos efetivamente fazer tudo, mas é um documento que que merece, obviamente a nossa atenção, a nossa concordância e o nosso agradecimento aos serviços do município, porque nós queixamo-nos muito tempo para o apreciar, mas olhem que tempo para o executar e eu próprio também só tive na altura para a reunião de câmara dois dias antes e fazer depois a introdução que também não é fácil, mas fica aqui o agradecimento, também com os feriados com as pontes procurou que tivéssemos a documentação exigível e em boas condições para ser analisada por todos.

Disse."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Obrigado Sr. Presidente.

Relativamente à intervenção do Rui Valente do Chega, relativamente aos trinta e sete milhões há um erro claro aqui, que será corrigido.

Muito obrigado e obrigado pela deteção.

Vamos votar."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com doze votos a favor da CDU, catorze abstenções (nove do PS, quatro do MCCP e um do BE) com cinco votos contra (três do PPD/PSD e dois do CH).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Passamos ao ponto três da ordem de trabalhos.

Peço-vos desculpa desde já peço-vos desculpa desde já por ter havido uma 1ª proposta que depois foi alterada, é o Sr. Presidente de Câmara depois vai dizer, vai ter que ser ratificado em reunião de Câmara, porque aquilo que lá foi aprovado, não é o correto e hoje mesmo há aqui um "G" a mais na matriz que o Sr. Presidente da Câmara irá mencionar também sendo que substantivamente não altera a proposta e, portanto, pensámos que não valeria a pena retirar a proposta hoje, votamo-la assim, será retificada depois em reunião de câmara pelos Srs. e pelas Sras. Vereadores.

Sr. Presidente faz favor."

PONTO TRÊS – Desafetação do domínio privado municipal e afetação ao domínio público municipal de parcela de terreno no loteamento L-11/99;

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Obrigado Sr. Presidente.

De facto, também começo com este pedido de desculpa, mas estas questões dos registos dos terrenos e dos alvarás antigos isto às vezes, basta um número ou uma letra para depois criar problemas quando formos à conservatória registar e foi isso que se verificou, após a proposta ter sido aprovada havia aqui a troca de um número e há uma letra a mais que irei identificar e, portanto, o processo que entendemos mais simples, em vez de voltar a contactar todos os membros do executivo, possivelmente até não se oporiam à correção da proposta foi de acordo com o parecer jurídico deverá ter este procedimento de fazer esta correção aqui nesta proposta já retificada e uma proposta de retificação a ser ratificada pelo órgão Câmara na próxima reunião.

Esta proposta visa esta desafetação do domínio privado municipal e afetação ao domínio público municipal, uma parcela de terreno loteamento que já hoje aqui foi objeto de interpelação por parte do senhor munícipe que visa precisamente, ajudar a resolver as questões de ligações infraestruturais e, de facto, na cedência feita neste loteamento à uma cedência para equipamentos, como nós dizemos que vai para o domínio privado municipal, mas, para que ele seja agora domínio público e possa ser utilizado como caminho pedonal público elevado a subsolo a passagem dos cabos e das infraestruturas temos que trazer aqui à Assembleia, porque é competência da Assembleia fazer esta troca do domínio público ou do domínio privado nestas operações de loteamento e de cedências.

A proposta, depois explica e nós aproveitamos para regularizar aqui também outros aspetos de confrontações de outros terrenos de cedência e outros até que já tinham sido intervencionados aquando do viaduto construído pela Refer na rua Infante Dom Henrique, na ligação já para a zona da Venda do Alcaide a Lagoa da Palha, portanto, está devidamente identificado, mas houve aqui, de facto, um lapso no número já na parte que refere o enquadramento legal, interessa por um lado, referir que o prédio está registado na Conservatória do Registo Predial sob o número, 8305 e na penúltima linha da parte da proposta deliberativa e a correção a introduzir é que este prédio 8305 que está inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 11205 retirarmos o "G" e que eu penso que ainda está na proposta distribuída aos Srs. membros da Assembleia, isto é importante para podermos agilizar para as obras de infraestruturas."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado senhor Presidente.

Alguma intervenção sobre esta proposta?

Votamos."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, Três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Ponto quatro, Sr. Presidente se faz favor."

PONTO QUATRO – Acordo para a transferência de Passagem Superior Pedonal ao PK 18+856 da Linha do Sul.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Agora isto vem assim, porque é assim que as Infraestruturas Portugal têm estas designações, mas pela planta os senhores ficaram a perceber do que se trata, como é sabido também gostaria de fazer aqui um enquadramento geral, há um conjunto de desnivelamentos que foram construídos, quer na altura da modernização da linha do Alentejo, quer do Eixo Norte-Sul, passagens superiores, inferiores rodoviárias, mas também pedonais.

A legislação remete genericamente para a necessidade de integração destas obras de arte e destes investimentos, na propriedade do município, pronto, passar a fazer parte, por exemplo, domínio público municipal, quando se trata do viaduto que liga uma estrada etc. etc., mas isto sempre dividiu municípios e esta entidade dadas as condições em que foram realizadas algumas dessas obras de arte o estado de conservação das mesmas, alguns até se trataram de projeto, são projetos que não foram aprovados pelos municípios tomámos apenas conhecimento para aquilo que o bateu certo a linha matéria de infraestruturas e tal e ao longo dos anos, temos procurado criar aqui um entendimento, porque estes acordos são sempre muito penalizadores para os municípios, qualquer coisa que lá acontecer é o município que tem que reparar foi mal feita é o município que tem que reparar e conservar, se houver um acidente que implique com a circulação de comboios, enfim e estes acordos vêm sempre de uma forma que a gente não consegue aceitar e assinar.

Depois de alguma negociação e com forte intervenção dos nossos técnicos de diversos serviços em particular da área jurídica, começámos finalmente a aceitar esta transferência para o domínio municipal e nalguns casos para integração na Rede Viária Municipal de um conjunto de passagens superiores e inferiores à medida que elas estão minimamente aceitáveis e que nós assumimos que o seu usufruto público exige que sejamos nós também a tomar conta delas mantendo em boas condições de segurança, de limpeza, de conservação, de iluminação pública, etc. etc. é um encargo que ficará para o município, mas como também está ao serviço dos nossos munícipes entendemos que este é o acordo possível e somos mesmo obrigados a integrar isto desta forma, mas conseguimos ainda negociar aqui algumas cláusulas e este acordo já é menos penalizador do que era em dois mil e nove.

O problema é que faltam dezoito ainda, vamos na segunda, vamos com tempo."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"É só Sr. Presidente?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"É só."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Não consigo dizer onde é que é porque não tenho o mapa, mas, se calhar…"

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Bom, mas não vale a pena, a proposta que nós recebemos tem um mapa onde se consegue visualizar qual é.

Sobre esta proposta alguma intervenção?

Não havendo nenhuma intervenção de votamos."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, Três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Chegamos assim ao final da nossa sessão ordinária da Assembleia Municipal."

Não havendo mais assuntos a tratar, o **Sr. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pelas vinte e quatro horas e trinta e nove minutos do dia vinte e oito de abril de dois mil e vinte e dois, da qual se lavrou a presente ata, que eu**, Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa**, na qualidade de Primeira Secretária da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Palmela, aos vinte e oito dias de abril de dois mil e vinte e dois.

O Presidente

José Carlos Matias de Sousa

A Primeira Secretária

Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa